



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

JEFFERSON JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO

**O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
(TDICS) PARA SE ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA E ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

RECIFE

2023

JEFFERSON JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO

**O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (TDICS) PARA SE ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA E
ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância – EADTEC, Polo Recife, como requisito para obtenção do grau de Licenciado/a em História.

Orientador: Prof. Dr. Lucas
Mariani Côrrea

RECIFE – PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244u Nascimento, Jefferson José Ramos
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS) PARA SE
ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA E ESCRAVIDÃO NO BRÁSIL / Jefferson José Ramos Nascimento. - 2024.
66 f.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Mariani Correa.
Inclui referências.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em História, Recife, 2024.

1. Ensinar. 2. Educação. 3. História da África. 4. Tecnologia . 5. Escravidão. I. Correa, Prof. Dr. Lucas
Mariani, orient. II. Título

CDD 909

JEFFERSON JOSÉ RAMOS DO NASCIMENTO

**O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO (TDICS) PARA SE ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA E
ESCRavidÃO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela Unidade Acadêmica de Educação a Distância – EADTEC, Polo Recife, como requisito para obtenção do grau de Licenciado/a em História.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucas Mariani Côrrea (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dr. Williams Andrade de Souza (1º avaliador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ma. Helisangela Maria Andrade Ferreira (2º avaliador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Deus meu tudo, aquele que tem me dado conhecimento, minha família minha base desde sempre, que me cercou de amor e compreensão enquanto trabalhava e estudava, meus professores da Rede Pública de Ensino, principalmente os da Escola Municipal Aderbal Galvão e do EREM Dom Vital, os professores da estimada UFRPE, que não nos privou do conhecimento, mas os disseminou e hoje um futuro professor de História se forma, com sede de disseminar o que foi aprendido.

Dedico esse trabalho a minha família Mylka
Paula e Juan Mateo, aos meus pais e aos
meus irmãos, obrigado por tudo.

RESUMO

A tecnologia é uma forte ferramenta educacional, quando bem utilizada potencializa a prática docente, e torna o aluno protagonista do aprendizado. O professor que procura utilizar as tecnologias em suas aulas demonstra avanço e compromisso com o novo. Ensinar sobre África e Escravidão no Brasil torna-se um desafio que pode ser superado com a união entre tecnologia e domínio docente do conteúdo apresentado.

Ensinar é um privilégio, dominar o assunto e as tecnologias é uma potencializador do ensino aprendizagem na educação brasileira.

O presente trabalho aborda a temática África e escravidão no Brasil, assim como as leis que as regulamentam, partindo do pressuposto que a prática docente envolve o professor ter domínio sobre o tema em questão e se qualificar para lecionar uma temática importantíssima.

No decorrer dos capítulos, é levada em consideração a importância do ensino de História da África na formação dos discentes que atuarão no ensino regular. Temos como eixo principal da temática do presente trabalho abordar as TDICs no ensino de História e Cultura Africana, apontando os seus benefícios e desafios.

Outro ponto importante envolve o uso das TDICS para se ensinar sobre a escravidão dos africanos no Brasil e como deve ser abordada essa temática de suma importância para que a prática docente atinja os objetivos propostos.

Por fim, o debate gira em torno do uso dos recursos digitais existentes, como aplicativos, websites, jogos, etc., tudo voltado para a educação e o ensino de História da África e da Escravidão no Brasil. É debatida a importância dos docentes utilizarem esses recursos para o enriquecimento e a inclusão de seus alunos nas aulas.

Palavras-chave: Ensinar; Educação; História da África; Tecnologia e Escravidão.

ABSTRACT

Technology is a strong educational tool, when used well, it enhances teaching practice, and makes the student the protagonist of learning, the teacher who seeks to use technology in his classes, demonstrates progress and commitment to the new, teaching about Africa and Slavery in Brazil, becomes a challenge that can be overcome with the union between technology and teaching mastery of the content presented.

Teaching is a privilege, mastering the subject and technologies is an enabler of teaching and learning in Brazilian education.

This work addresses the topic of Africa and slavery in Brazil, as well as the laws that regulate them, based on the assumption that teaching practice involves the teacher having mastery over the topic in question and qualifying to teach a very important topic.

Throughout the chapters, the importance of teaching African History in the training of students who will work in regular education is taken into account. The main theme of this work is to address TDICs in the teaching of African History and Culture, pointing out their benefits and challenges.

Another important point involves the use of TDICS to teach about the slavery of Africans in Brazil and how this extremely important topic should be approached so that teaching practice can achieve the proposed objectives.

Finally, the debate revolves around the use of existing digital resources, such as applications, websites, games, etc., all aimed at education and teaching the History of Africa and Slavery in Brazil. The importance of teachers using these resources to enrich and include their students in classes is debated.

Keywords: To teach; Education; History of Africa; Technology and Slavery.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
2. Ensino sobre a África e a escravidão no Brasil	11
2.1. A Legislação e o ensino de História da África.....	20
2.2. Importância do ensino da História da África na formação dos estudantes da Educação Básica	27
3. O Ensino de História da África utilizando a Tecnologia como ferramenta educacional.....	31
3.1. Benefícios e desafios das TDICS para o ensino de História da África e da Escravidão no Brasil	35
4. Utilização da tecnologia no ensino da cultura Afrobrasileira e Africana	40
5. Considerações finais.....	55
Referências Bibliográficas.....	57

INTRODUÇÃO

Educação e tecnologia na atualidade é sinônimo de cumplicidade. O professor de História deve ver as tecnologias como uma forte aliada à prática docente, onde a inclusão da temática da Língua, cultura e História Afro-brasileira e Africana no currículo escolar é essencial visando a promoção de uma educação inclusiva e diversificada.

A partir disso, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), surgindo como uma ferramenta transformadora, acaba enriquecendo e dinamizando o ensino, além de proporcionar uma abordagem mais reflexiva e plural sobre as contribuições africanas na formação da sociedade brasileira.

A expressão Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) refere-se à obtenção, retenção, manipulação e disseminação de dados por meio de dispositivos eletrônicos e digitais, tais como rádio, televisão, telefone e computadores, entre outros.

O mundo encontra-se entrelaçado por uma intrincada e vasta malha de telecomunicações, exemplificada notadamente pela Internet, a qual se destaca como o canal de comunicação que experimentou os avanços mais significativos nos últimos anos. Como resultado desse cenário, observou-se um aumento no emprego das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Em vista disso, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo analisar o papel e o uso das TDICs para se ensinar sobre a História da África e da escravidão dos afro-brasileiros na Educação Básica. Procuraremos destacar a relevância da promoção da igualdade racial, o combate ao racismo, principalmente o estrutural, além de proporcionar o fortalecimento da identidade afrodescendente entre os discentes.

Partindo desse ponto, as TDICs acabam se tornando uma aliada poderosa, onde oferece recursos e metodologias que chegam a ser inovadoras, levando o aprendizado ao patamar de cativante e mais significativo. Com isso destacamos que a promoção da diversidade étnico-cultural através da tecnologia pode até mesmo contribuir não apenas para o cumprimento legal, mas

para a construção de uma consciência mais crítica e respeitosa, frente à pluralidade que se faz presente em nossa sociedade.

Além de mostrar que a tecnologia junto com o ensino de História da África e dos afro-brasileiros tornará os discentes protagonista do ensino aprendizagem, e cidadão críticos e reflexivos surgirão e propagarão a importância da História da África para a sociedade onde estão inseridos.

No decorrer do trabalho, temas como o Ensino sobre África e a escravidão no Brasil são pontuados de modo objetivo, visando a contextualização e interligação com a temática que envolve o uso das TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação), promovendo uma prática docente exitosa. A legislação e o ensino sobre a África são desenvolvidos ao longo do trabalho, de modo a conectar e destacar a importância da mesma no ambiente escolar e no envolvimento dos discentes com a temática desenvolvida.

O uso das tecnologias no ensino sobre a África e a escravidão no Brasil é apresentado, sendo destacada a importância do uso das TDICs e como o professor deve lidar com as modernas tecnologias, levando os discentes ao protagonismo educacional e tornando as aulas dinâmicas e interativas com recursos modernos.

No presente trabalho, o uso da gamificação, aplicativos, websites e recursos digitais é abordado, mostrando como podem ser utilizados pelo professor de História com o objetivo de incrementar suas aulas e dinamizar os conteúdos preparados para serem abordados em sala de aula. Com isso, o professor dispõe de recursos extras para desenvolver suas aulas e seminários.

2. Ensino sobre a África e a escravidão no Brasil

A implementação da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas exige uma análise criteriosa dos desafios que permeiam esse processo. A desconstrução de paradigmas eurocêntricos predominante no currículo educacional, onde faz necessário uma revisão crítica dos conteúdos curriculares existentes.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a gerência de material didático mais adequado, onde se é observado que a escassez de

material didático condizente e pedagogicamente eficaz representa um desafio sem sombras de dúvidas substancial. A produção de recursos educacionais que abordem de maneira precisa e aprofundada a riqueza cultural afro-brasileira e africana é essencial para garantir uma implementação mais efetiva.

Além da formação contínua dos docentes, que constitui uma peça-chave para o sucesso na integração desses conteúdos, a carência de programas abrangentes e consistentes de capacitação para os educadores pode comprometer a habilidade destes em abordar de maneira contextualizada e sensível os temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana.

Outro ponto que deve ser levado em consideração envolve avaliação e monitoramento mais eficazes, visando estabelecer métodos de avaliação e monitoramento, sendo crucial para mensurar o impacto da inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no processo educacional. Tendo em vista que esses instrumentos devem ser sensíveis à diversidade de perspectivas e capazes de refletir a efetividade na transmissão do conhecimento.

Partindo desse pressuposto, outro ponto importantíssimo envolve a integração curricular e a interdisciplinaridade. A integração desses conteúdos de forma curricular e interdisciplinar é um desafio adicional, considerando que a articulação efetiva entre diferentes disciplinas e a inserção transversal desses temas requer um esforço coordenado entre os profissionais da educação.

Por fim, o envolvimento da comunidade escolar é de suma importância, tendo em vista que o engajamento ativo da comunidade escolar é essencial. Estratégias de conscientização e participação dos pais, alunos e demais membros da comunidade são fundamentais para criar um ambiente propício à aceitação e compreensão dos objetivos da inclusão desses conteúdos no meio escolar.

No presente capítulo, iremos nos dedicar a analisar a trajetória do Ensino de História sobre África e Escravidão no Brasil. Para tanto, acreditamos ser fundamental compreendê-los inicialmente, mesmo que brevemente, sobre a temática da Escravidão.

Quando se fala de escravidão, deve-se pontuar que os primeiros vestígios da prática da escravidão remontam à Antiguidade egípcia, onde a economia se fundamentava na servidão coletiva. De acordo com Vicentino e Dorigo (2001, apud SILVA, 2003), os camponeses eram compelidos a realizar extensas obras

de irrigação sob coordenação estatal, além de participar na construção de depósitos de armazenagem, templos, palácios e monumentos funerários.

No Brasil, o preconceito marcou presença desde a chegada dos primeiros negros oriundos da África. Conhecidos como "negros da Guiné", chegaram por volta dos anos 1549-1550, visando a atender às necessidades dos senhores de engenho. Vale ressaltar que segundo Fausto (2003 apud SILVA, 2003), essa discriminação era fundamentada na consideração do negro como pertencente a uma raça inferior, que foi propagada por anos.

No século XIX, teorias que se autodenominavam científicas fortaleceram o preconceito, onde as potências europeias se valeram das teorias raciais e do darwinismo social para justificar a dominação sobre a África e sua população, chegando a enfatizar as características como o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seus cérebros. Para os europeus, tais aspectos supostamente "demonstravam" que os negros eram de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, biologicamente destinada à sujeição, teoria que além de ser discriminatória era perversa. Vale ressaltar que, anteriormente aos negros, tentativas de escravizar os índios foram realizadas, mas se revelaram inviáveis.

Reiteramos que os negros estiveram presentes desde o início da formação social brasileira, sendo possível afirmar que suas culturas e, conseqüentemente, suas religiões contribuíram para forjar as identidades formadas no Brasil. Assim, compreender a escravidão é, de certa maneira, uma tentativa de entender a cultura brasileira e as religiões presentes e formadas no Brasil.

O que não pode passar despercebido é que no entendimento de estudiosos, os negros desempenharam um papel crucial nesse processo, influenciando significativamente a diversidade cultural e religiosa do país.

Brito e Malandrino (2007) pontua que,

Os estudos sobre a escravidão têm contribuído para devolver aos construtores do Brasil a sua dignidade. Para contar a história de homens e mulheres – negros, índios e brancos – que, sem serem consultados, assumiram o compromisso de erguer, a duras lidas, uma nova nação. (BRITO; MALANDRINO, p.117).

Em nosso país, assim como no modelo europeu, a inclusão da História no sistema educacional teve seu marco inicial com a fundação do Colégio Pedro II, a primeira instituição de ensino secundário do país. Ressaltamos que de uma forma paralela, o desenvolvimento da história acadêmica teve seu início com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, chegando a refletir a influência e a importância da abordagem histórica na construção do conhecimento no contexto brasileiro.

Segundo Abud (2007),

As duas instituições, criadas durante a regência de Pedro de Araújo Lima, iniciaram suas atividades no mesmo ano de 1838, incumbidas que estavam de colaborar para a consolidação do Estado Nacional Brasileiro e para o estabelecimento de uma identidade para o país. (ABUD, 2007, p.108 apud BARBOSA, 2020, p.70).

Outro ponto que não podemos deixar de lado é a questão que, para Laville,

Houve um tempo em que o ensino da história nas escolas não era mais do que uma forma de educação cívica. Seu principal objetivo era confirmar a nação no estado em que se encontrava no momento, legitimar sua ordem social e política – e ao mesmo tempo seus dirigentes – e inculcar nos membros da nação – vistos, então, mais como súditos do que como cidadãos participantes – o orgulho de a ela pertencerem, respeito por ela e dedicação para servi-la. O aparelho didático desse ensino era simples: uma narração de fatos seletos, momentos fortes, etapas decisivas, personagens, acontecimentos simbólicos e, de vez em quando, alguns mitos gratificantes. Cada peça dessa narrativa tinha sua importância e era cuidadosamente selecionada (LAVILLE, 1999, p. 126).

Por incrível que pareça isso acabou predominando em nossa educação em meados dos séculos XIX e XX. Contudo, reiteramos que faz bastante tempo que se foi colocado de lado a visão de exaltar os valores nacionais, embora não tenha sido totalmente abandonada, já que essa "pedagogia de formação da

história nacional ainda é uma das propostas contidas nos currículos do século XXI", como pontua Barbosa (2020, p. 70).

Na atualidade, a disciplina de História deve corroborar com a formação de estudantes como cidadãos politizados e intelectuais, sendo críticos, conhecedores do meio em que estão inseridos e agentes transformadores. Além disso, devem ser humanos, sabendo respeitar todas as diferenças, desde as sociais, étnicas, religiosas, etc.

Nesse sentido,

Devemos considerar que a História é a ciência humana básica na formação do estudante, pela possibilidade de fazê-lo compreender a realidade que o cerca e, conseqüentemente, dotá-lo de espírito crítico, que o capacitará a interpretar essa mesma realidade (FERREIRA; MARQUES, 2019, p. 44 apud BARBOSA, 2020, p.71).

Já a respeito do ensino da História da África, vale ressaltar que,

O contato com as epistemologias africanas nos tem mostrado que a produção do conhecimento histórico requer também um descentramento em relação aos paradigmas do pensamento hegemônico e uma abertura para os estudos que tratam da diversidade, pluralidade e diferença cultural. Nesse sentido, os estudos sobre África servem não só para desfazer estereótipos, mas para deslocar o olhar para novas formas de produção do conhecimento histórico. (MATTOS, 2019, p. 13-14).

Ressaltamos que segundo Barbosa (2020), a introdução da presença da África nos currículos de História no Brasil é um fato destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1998. No entanto, foi somente após a promulgação da Lei 10.639/03 e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que os estudos africanos ganharam relevância de maneira inédita em nossa legislação educacional.

Sem contar que essa mudança significativa colocou os estudos africanos no centro das discussões educacionais, atendendo às demandas do Movimento Negro.

A respeito dessa demanda do Movimento Negro no ensino no Brasil,

Estudos apontam que o “Movimento Negro, no Brasil, conquanto sujeito político, tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático com imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores(as), pela atual inclusão da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares via lei federal e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades” (GOMES, 2011, p. 48).

Observamos o papel significativo do Movimento Negro no Brasil como um agente político fundamental na promoção do reconhecimento dos direitos à educação para a população negra. O movimento desempenhou um papel crucial ao questionar o conteúdo curricular nas escolas, especialmente em relação ao material didático que muitas vezes chegava a apresentar imagens estereotipadas e prejudiciais sobre as pessoas negras.

Pontuamos que o Movimento Negro influenciou e ainda tem influenciado a inclusão da temática racial na formação de professores, buscando garantir uma abordagem mais abrangente e precisa sobre questões raciais nas salas de aula. Gomes (2011) também chega a mencionar a inclusão obrigatória da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, estabelecida por legislação federal, o que representa um avanço importante na promoção da diversidade e da compreensão da contribuição afrodescendente para a sociedade brasileira.

Gomes (2011) destaca a atuação do Movimento Negro na promoção de políticas de ação afirmativa, em diversas formas, visando combater as desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pela população negra.

Vale ressaltar que é de extrema importância se estudar África em nossas instituições de ensino, pois segundo Bueno (2019),

Estamos imersos em uma cultura cujas raízes africanas evidenciam-se por toda a parte; e mesmo assim, enfrentamos os absurdos do racismo, do preconceito, da ignorância sobre a vastidão e a importância dos estudos afro-brasileiros. (BUENO, 2019, p. 11).

Vale ressaltar que, para Bueno (2019), apesar da evidente presença e influência marcante das raízes africanas na cultura brasileira, a sociedade contemporânea enfrenta desafios significativos, que incluem manifestações de racismo, preconceito e uma notável falta de compreensão em relação aos estudos afro-brasileiros. A expressão "imersos em uma cultura cujas raízes africanas evidenciam-se por toda a parte" destaca a profunda integração desses elementos na identidade nacional.

Outro ponto que deve ser observado envolve o contraste entre essa riqueza cultural e os problemas sociais mencionados, descritos como absurdos do racismo e do preconceito, apontando para uma desconexão perturbadora entre a herança cultural e a persistência de atitudes discriminatórias.

Bueno (2019) chega a expressar uma preocupação com a disparidade entre a riqueza cultural afro-brasileira e os desafios sociais persistentes, destacando a importância de superar essas discrepâncias para construir uma sociedade mais equitativa e informada.

Para Barbosa (2020), os estudos africanos continuam a ser mais do que essenciais devido à carência de uma compreensão genuína sobre o continente e à necessidade de desconstruir inúmeros estereótipos associados à África e suas populações. Já no âmbito da disciplina histórica, esses estudos desempenham um papel importantíssimo e fundamental, provocando uma reavaliação de seus elementos teórico-metodológicos, ao mesmo tempo em que desafiam a perspectiva eurocêntrica tradicional da História, que imperou em nosso meio de ensino por décadas e ainda enfrenta dificuldades para realizar a reparação histórica.

Reiteramos que a África não tem apenas como limite influenciar a nossa história como nação brasileira, mas observa-se que sua influência perpassou as nossas fronteiras, atingindo o mundo, principalmente no que diz respeito à cultura e à sua história. "É em África, e apenas em África, sobretudo nos

planaltos orientais e meridionais, que se encontram todos os elos que nos ligam aos mais longínquos antepassados do homem" (KI-ZERBO, 1972, p. 55).

Segundo Barbosa (2020), a população africana ultrapassa 1 bilhão de habitantes e fala-se mais de mil línguas, sendo o local de origem da civilização egípcia. "Durante muito tempo, o Egito foi distanciado do continente africano pelo pensamento ocidental que procurava negar a civilização do negro africano" (AMBRÓSIO; DIÉMÉ, 2016).

Vale ressaltar que a visão sobre o continente africano ainda é desqualificada pelo pensamento do ocidente. Além disso, em grande parcela, o que sabemos sobre África parte de um prisma de construção do Ocidente.

Historiadores e filósofos africanos da atualidade têm revelado o caráter fictício da África. Por meio de um sofisticado arsenal analítico eles têm mostrado que a África não é algo dado por suposto. Ela é antes uma ideia que foi construída pelo pensamento europeu. Se há uma boa razão para o estudo da história da África entre nós, ela certamente está associada à necessidade de se desnaturalizar nossa perspectiva sobre o continente (FILHO, T. 2004b, p. 21).

Pontuamos que a expressão "caráter fictício da África" sugere que a ideia convencional do continente não reflete uma realidade objetiva e natural, mas, ao invés disso, é uma construção cultural e intelectual moldada pelo ponto de vista europeu. A utilização do termo "ideia" destaca a natureza subjetiva e construída socialmente dessa concepção, indicando que a compreensão da África foi influenciada e moldada por perspectivas específicas, muitas vezes coloniais.

Filho (2004) nos mostra que a motivação para estudar a história africana está intrinsecamente ligada à necessidade de superar as noções simplificadas e distorcidas que foram historicamente impostas ao continente.

Não podemos nos esquecer que para Serrano e Waldman (2007),

Indiscutivelmente, ainda que existam visões estereotipadas cultivadas contra outros povos e regiões, a África, mais do que qualquer outro continente, terminou encoberta por um véu de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção de sua realidade (SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 21).

A África enfrenta um nível de estigmatização e preconceito notavelmente mais acentuado em comparação com outros continentes. Observamos que Serrano e Waldman (2007), ao falar na expressão "encoberta por um véu de preconceitos", evocam a ideia de que há uma camada densa e persistente de concepções negativas que chegam a obscurecer a compreensão verdadeira e objetiva da realidade africana.

O termo "estereotipadas" denota a existência de visões simplificadas e muitas vezes distorcidas sobre os povos e regiões africanas, as quais podem ser atribuídas a generalizações preconceituosas.

Serrano e Waldman (2007) destaca a ideia de que a África, mais do que qualquer outro continente, é envolvida por um véu persistente de preconceitos que, ao longo do tempo, têm obscurecido a apreensão clara e justa de sua realidade, impactando negativamente a maneira como é compreendida e representada no cenário mundial.

Serrano e Waldman (2007) ainda pontuam que,

Ainda que a imagem da África tenha variado ao longo do tempo em decorrência de diferentes formas de relacionamento estabelecidas com seus povos, é indiscutível que o continente foi, mais do que qualquer outro, laureado pelo pensamento ocidental com imagens particularmente com negativas e excludentes" (SERRANO; WALDMAN, 2007, p. 24).

Quanto a importância e relevância da História da África, Barbosa (2020) pontua que,

A história da África também se faz importante porque nos faz repensar o modelo marcadamente europeu de se ensinar História – aliás, uma amarra difícil de se romper – e, conseqüentemente, das concepções teórico-metodológicas dessa disciplina. E para isso é necessário compreendermos a África a partir da África, de forma endógena, utilizando-se de uma historiografia de pensadores africanos e especialistas em África a fim de confrontar um modelo de escrita da História que tem a Europa como centro. (BARBOSA, 2020, p.78).

Barbosa (2020) ainda contribui ao dissertar que a temática africana assume um papel importante no ambiente escolar, tendo em vista que uma vez que através dela surgem oportunidades para reflexões e discussões sobre diversas questões presentes no cotidiano da instituição de ensino. Salaria que entre essas questões, destacam-se o preconceito e o racismo enfrentados pelos afro-brasileiros, a persistência da crença no mito da "democracia racial", a desigualdade racial e social, a construção de identidades e a formação da consciência histórica dos alunos. Isso acaba contribuindo para o desenvolvimento de estratégias na educação das relações étnico-raciais, promovendo uma abordagem mais completa e sensível sobre essas temáticas no contexto educacional.

O ensino da História da África nas escolas é uma conquista que além de ser celebrada, deve ser colocada em prática com profissionais qualificados que entendam da História e não tenha uma visão eurocêntrica da História da África. Barbosa (2020) finaliza as suas ponderações sugerindo e propondo que,

Além de uma educação antirracista, uma outra questão que podemos refletir a partir do ensino de história para uma educação das relações étnico-raciais, tendo como recorte a história da África, diz respeito à consciência histórica. (BARBOSA, 2020, p.80).

Falar sobre escravidão omitindo a História da África passa a ser um desrespeito com a História. Com isso, a importância de entendermos como foi implementado em nosso país e os desafios que existem, que são enormes, com profissionais realmente qualificados, os discentes aprenderão a respeito da escravidão em nosso território, que foi sem sombras de dúvidas danosas, e que existem feridas que custam cicatrizar. A escravidão existiu e o que ocorreu não deve ser deletado, mas memorado para que nunca mais venham a existir, pois quem não conhece a história pode repetir feitos danosos para a sociedade.

2.1 A Legislação e o ensino de História da África

A legislação, ao abordar a inclusão do ensino da História da África nos currículos escolares, desempenha um papel crucial na promoção da diversidade

e combate ao preconceito. A interação com as TDICs, por sua vez, pode potencializar esse ensino ao proporcionar recursos inovadores, como conteúdo multimídia, plataformas interativas e ambientes virtuais de aprendizagem.

Ao analisar os impactos, é possível identificar como as leis que promovem a inclusão da História da África nos programas educacionais podem ser maximizadas pelas TDICs. Estas ferramentas acabam oferecendo oportunidades para enriquecer o aprendizado, envolvendo os discentes de maneira mais dinâmica e aprofundada, ao passo que contribuem para a disseminação do conhecimento sobre a história africana e dos afro-brasileiros.

Diante do exposto sobre a História da África e Escravidão no Brasil e a forma como se deu (e dá) o ensino de História, acreditamos que seja importante nos dedicarmos um pouco mais sobre as leis que envolvem essa temática. Isso se faz necessário, já que, conforme demonstramos brevemente, serão as leis e diretrizes que guiarão o que será ensinado e a forma como isso ocorre.

Vale salientar que em 2023, a Lei 10.639, que completa duas décadas de existência, estipula a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas disciplinas já integradas às grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Além disso, institui o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar.

Conforme uma pesquisa conduzida pelo Instituto Geledés, constata-se que apenas 5% dos municípios brasileiros alegam ter efetivamente implementado uma área técnica dedicada à agenda da educação para as relações étnico-raciais. Essa pesquisa chegou a revelar que apenas 8% das secretarias municipais afirmavam possuir um orçamento específico para essa finalidade. Esses dados foram obtidos a partir de entrevistas com 1.187 gestores de secretarias municipais, representando 21% das redes de ensino no país.

Vale ressaltar que a Lei 10.639, ao completar duas décadas de existência, representa um marco legislativo significativo na trajetória do Brasil em busca de uma educação mais inclusiva, que reflita a diversidade cultural do país. Promulgada em 2003, a lei estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino fundamental e médio.

Reiteramos que o propósito fundamental da Lei 10.639 é corrigir desigualdades históricas e promover uma compreensão mais abrangente e

precisa da contribuição do povo negro para a formação da sociedade brasileira. Ao integrar de forma obrigatória esses conteúdos nas grades curriculares, a legislação busca desconstruir estereótipos, combater o racismo estrutural e promover a valorização da diversidade étnico-cultural.

Vale salientar que foi a partir da Lei que o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Essa data, que remete à morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares e símbolo da resistência negra, tornou-se um momento de reflexão sobre a importância da cultura afro-brasileira e de combate ao racismo.

Sem sombras de dúvidas, é necessário reconhecer que, mesmo após duas décadas, persistem desafios na plena implementação da Lei 10.639. A pesquisa do Instituto Geledés, supracitada, evidencia lacunas na efetivação da lei em muitos municípios brasileiros, apontando para a necessidade contínua de investimentos, formação de professores e comprometimento institucional.

Vale ressaltar que a Lei representa um avanço significativo na busca por uma educação mais equitativa e inclusiva, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural do Brasil. No entanto, a sua plena efetivação demanda esforços contínuos e comprometimento institucional para superar os desafios que ainda persistem no cenário educacional do país.

Segundo Santos (2024),

A implementação desta Lei vem sendo ainda insatisfatória, mesmo com um olhar sensível à complexidade dos desafios que ela traz, como uma medida de promoção da igualdade racial e combate ao racismo (um sistema de dominação enraizado na formação social brasileira, capaz de se transformar e reconstruir de distintas maneiras em diferentes períodos de nossa história e, assim, ser estruturante de posições e relações sociais). Ainda que o tamanho do “monstro” a ser enfrentado seja demasiado robusto, precisamos de vigilância crítica para buscar entender quais as possibilidades não ou pouco exploradas, que nos ajudem a trazer avanços. (SANTOS, 2024, p.15).

Reiteramos que a Lei 10.639/2003 representa uma significativa conquista do Movimento Negro, o qual, ao longo da história, tem travado uma disputa pelo domínio da educação no Brasil (DOMINGUES, 2009; SANTOS, 2005; SANTOS,

2022 apud SANTOS, 2024). Enquanto na Constituição brasileira de 1934 o artigo 138 atribuía à União, aos Estados e aos Municípios a responsabilidade de, "nos termos das respectivas leis, estimular a educação eugênica", refletindo explicitamente a então predominante ideia de branqueamento da população, a Lei 10.639/2003 evidencia a resiliência da luta antirracista promovida pelo Movimento Negro. Este atua como um agente envolvido ativamente na disputa pelo conteúdo do currículo escolar, visto como um dispositivo biopolítico essencial para a formação humana na sociedade, com o intuito de promover a igualdade racial.

Barbosa (2020) nos mostra que a legislação educacional brasileira, composta pela Lei 9394/96 (LDB), os Parâmetros Curriculares (PCNs), a Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem ganhado relevância em resposta às demandas sociais apresentadas por educadores, intelectuais e movimentos sociais, incluindo os Movimentos Negros. Além disso, nos últimos anos, essas normativas têm sido fortalecidas, proporcionando uma resposta crítica às necessidades históricas e sociais levantadas por esses grupos.

Pereira (2010) chega a enfatizar que existe um mito da democracia racial, "e a construção de identidades político-culturais negras foram o fundamento a partir do qual se articularam as primeiras organizações" (PEREIRA, 2010, p. 98), tendo uma alavancada com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978.

Vale ressaltar que,

A partir das reivindicações do Movimento Negro, ocorreram mudanças nos dispositivos legais que apontam para alternativas de reparação aos danos que comprometeram negativamente a população afrodescendente. A legislação específica e as políticas de ações afirmativas, isto é, "conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória" (BRASIL, 2013, p. 479 apud BARBOSA, 2020, p.30).

Tudo isso foi sendo elaborado por uma parte do poder público tentando fazer uma reparação dos danos em todas as esferas aos afrodescendentes.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é que,

A demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas (BRASIL, 2013, p. 479).

Outro ponto que não deve ser esquecido é que antes da aprovação da Lei 10.639/03 outras legislações já apontavam como algo essencial o estudo sobre a história da África nas escolas, que se iniciou mais timidamente, de acordo com Anderson Ribeiro Oliva (2009),

Se a presença da História da África nos Currículos e nos livros escolares brasileiros, até meados dos anos 1990, pode ser considerada insignificante, já que o continente africano aparecia sempre retratado de forma secundária, associado ao périplo marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos e aos processos históricos do Imperialismo, Colonialismo e das Independências na África, esse quadro passou a sofrer uma evidente modificação a partir de 1996. A entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 (Lei 9394/1996), seguida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da área de História, em 1998, sinalizavam para uma possível, mesmo que frágil, aproximação com os estudos africanos (OLIVA, 2009b, p. 144-145).

Por anos o ensino sobre África foi filtrado por um prisma eurocêntrico, onde os estereótipos foram maximizados e propagados de forma deliberada. Como reflexo se tornou necessário a criação de Leis para reforçar a importância e obrigatoriedade de se ensinar sobre a África e apresentar realmente a História sem filtros preconceituosos e cheio de engodos eurocêntricos.

Para Barbosa (2020),

A LDB, fruto de um trabalho de cinco anos realizado por diversos setores da sociedade civil, provocou uma série de modificações na educação brasileira. Hoje, ela é a lei mais importante que gere o sistema de educação no Brasil, estabelecendo suas diretrizes e bases, e tem dentre seus princípios a busca da tolerância e a consideração com a diversidade racial. (BARBOSA, 2020, p.31).

Vale ressaltar que o § 4º do Art.26 desta lei, nos mostra que, “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (LDB, 1996). A temática África deve se fazer presente nos currículos escolares,

Mas essa exigência é justificada somente pela contribuição que os africanos tiveram na formação da sociedade brasileira, ou seja, defende-se que é necessário conhecer a África a partir de sua presença e de suas marcas com a história do Brasil (BARBOSA, 2020, p.31).

Outro ponto que Barbosa (2020) levanta é que, apesar de apontarem oportunidades para abordar a temática africana no ambiente escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) eram considerados insuficientes, pois, assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), eles propunham o estudo da história africana predominantemente em conexão com a história do Brasil. Em outras palavras, ambos os documentos orientavam o ensino da história africana vinculando-a primariamente à história brasileira, ou seja, eles,

Pecam por origem, seja pela falta de uma perspectiva centrada na própria trajetória das sociedades em África, seja pela escolha de uma estrutura de conteúdos que defende a articulação da temática sempre articulada com a história do Brasil. Segundo essa lógica, valoriza-se mais a “África” que existiria dentro do Brasil – as contribuições africanas na formação da sociedade brasileira – do que a história do continente que nos divisa pela fronteira do Atlântico Sul (OLIVA, 2009b, p. 154).

Reiteramos que a Lei maximizou a tratativa do ensino de História da África, Souza (2012) nos diz que,

[a lei] exige, hoje, da escola e da sociedade enquanto um todo, a responsabilidade de redimensionar a História para promover o desvelamento, o reconhecimento e a valorização das culturas e das histórias africanas e afro-brasileiras como forma de reparação desse sinistro processo de exclusão social e racial imposto à população afrodescendente, que sobreviveu e ainda sobrevive ao preconceito e aos racismos, fruto do escravismo criminoso, presente no Brasil há mais de 400 anos (SOUZA, 2012, p. 95).

A lei sem sombras de dúvidas vai ao encontro dos objetivos educacionais, que acabam buscando “promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 2013, p. 16-17), sem contar que é parametrado na Constituição Federal mais especificamente em seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216.

Partindo desse pressuposto acabou vindo “para o espaço escolar o desafio de contribuir com a construção de uma sociedade pautada na solidariedade, justiça social e livre de qualquer forma de preconceitos” (ROCHA, 2009, p. 57).

Outro ponto que é levantado é que segundo Barbosa (2020),

No entanto, apesar de trazer para os currículos escolares a história da África e dos africanos, a lei, simples e direta, não discrimina conteúdos. Percebe-se que seu foco maior é a abordagem sobre a história, a cultura e as contribuições dos afrodescendentes para a história do Brasil, o que foi corroborado com elaboração do Decreto no4.88620 e com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (BARBOSA, 2020, p.33).

2.2 Importância do ensino da História da África na formação dos estudantes da Educação Básica

O ensino da História da África desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes da Educação Básica, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e plural do desenvolvimento humano, ao incorporar perspectivas africanas, desafia estereótipos e promove a valorização da diversidade cultural. Essa abordagem enriquece a percepção dos alunos sobre suas raízes e a complexidade das relações históricas, fomentando uma consciência crítica e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a herança cultural africana.

PACINI (2015) pontua que,

A discriminação racial no Brasil é um fato. Convivemos com ela diariamente nas ruas, nas escolas, nos estádios. Esse racismo – fruto de nosso passado escravista, da supervalorização da cultura ocidental em detrimento das culturas indígena e africana e de uma educação teimosamente eurocêntrica - está encravado em nossa sociedade e foi, durante muito tempo, mascarado pelo mito da democracia racial. (PACINI, 2015, p.1).

Observamos que a persistência da discriminação racial no Brasil, evidenciando sua presença cotidiana em diversos âmbitos, como nas ruas, escolas e estádios. Este racismo, fortemente enraizado em nosso passado escravista e na sobrevalorização da cultura ocidental em detrimento das culturas indígena e africana, é agravado pela persistência de uma educação eurocêntrica. A alusão ao mito da democracia racial ressalta a ilusão que por muito tempo obscureceu a realidade racial, sugerindo que a convivência harmônica entre diferentes grupos étnicos era mais idealizada do que efetiva na sociedade brasileira.

Reiteramos que o ensino da História da África tem ganhado crescente importância, visando desconstruir estereótipos, promover a diversidade cultural e oferecer uma narrativa mais abrangente sobre as contribuições africanas para a história global. Contudo, a eficácia desse ensino pode ser ampliada ao

integrarmos as TDICs, promovendo uma abordagem inovadora e mais envolvente.

Com a inserção de recursos multimídia, como vídeos, documentos digitais e apresentações interativas, será possível elevar a experiência de aprendizado, oferecendo uma compreensão mais visual e dinâmica da História da África. Esses elementos não apenas cativam os estudantes, mas também enriquecem a assimilação do conhecimento ao proporcionar uma imersão mais profunda nos contextos históricos desenvolvidos em sala de aula.

Ressaltamos que com a integração de TDICs no ensino da História da África e da escravidão no Brasil estimula a pesquisa independente, capacitando os estudantes a explorar fontes diversas, analisar informações e desenvolver habilidades críticas de pesquisa histórica. Essa abordagem acaba fomentando uma compreensão mais profunda e reflexiva, transformando os estudantes em até mesmo pesquisadores ativos e críticos.

Ao se utilizar de maneira estratégica as TDICs no ensino de História, não apenas a educação é enriquecida, mas também contribui para a formação de cidadãos mais informados, críticos e culturalmente conscientes.

Segundo Munanga (2005), é evidente que os instrumentos de trabalho na escola, como livros e materiais didáticos visuais e audiovisuais, frequentemente carregam conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Esses mesmos preconceitos permeiam as relações sociais cotidianas entre os alunos, bem como nas interações entre alunos e professores no ambiente escolar.

Vale ressaltar que para que o ensino da História da África fosse aplicado em nosso país, lutas precisaram ser travadas. A partir de 1998, como pontua Pacini (2015), iniciou-se a promoção do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, tornando-se uma disciplina de extrema importância. O objetivo era promover a igualdade étnico-racial e eliminar distorções no conhecimento que a sociedade tem sobre a população negra.

A sala de aula é um ambiente em que o professor deve estar apto a ensinar a História da África e Afro-brasileira se utilizando das TDICs, que se apresenta como ferramenta essencial na desconstrução de viés ideológico eurocêntrico. Ao proporcionar acesso a fontes diversas e narrativas plurais, as TDICs desafiam interpretações unilaterais. Deve-se levar em consideração que

as TDICs além de fornecer diversos recursos para se pesquisar, proporciona ao discente a oportunidade de não absorver de uma única fonte de conhecimento.

Ressaltamos que, em uma abordagem inicial, é necessário examinar como o ensino da História da África e da cultura Afro-brasileira tem influenciado a formação da consciência histórica dos jovens, e por incrível que pareça isso ocorre dentro de um currículo que, ainda predominantemente eurocêntrico e fundamentado na periodização francesa, demanda uma avaliação crítica.

Kátia Abud (2011) destaca a persistência do eurocentrismo mesmo após o período de redemocratização do país, onde,

Ao obedecer às regras impostas por um código curricular que aglutina as formas consagradas e vem fechando as possibilidades de renovação, cada vez mais a História se consagra como guardiã das tradições. (ABUD, 2011, p.170).

No ponto de vista de Pacini (2015), a persistência do eurocentrismo no currículo perpetua antigos preconceitos, relegando a história da África a um papel secundário, muitas vezes tratada como mero apêndice da História europeia. Isso resulta na manutenção de uma dinâmica que subordina essa cultura ou, no máximo, a trata como uma curiosidade pitoresca.

Pacini (2015) nos aponta um outro ponto, onde faz uma análise como a História da África é ensinada, onde,

De acordo com Ivo Matozzi, o ensino da “História ensinada”, ou seja, a História escolar constante nos manuais escolares, baseada na simplificação da produção acadêmica, não garante o desenvolvimento de uma postura crítica no aluno, visto que tais simplificações são incapazes de abarcar toda a produção teórica sobre determinado assunto, são contrariadas facilmente por contradiscursos exteriores à escola e podem promover valores nacionalistas e etnocêntricos contrários ao que se propõe (MATOZZI, 1998, 23-25 apud PACINI, 2015, p.5).

Outro ponto relevante a ser considerado, segundo Pacini (2015), é que a incorporação da História da África e da cultura Afro-Brasileira no currículo continua sendo um tópico proeminente para os alunos da educação básica. Nos

manuais de história, a colonização do Brasil é frequentemente explicada a partir da integração político-econômica com a metrópole, atribuindo à escravidão africana um papel crucial na implementação do sistema colonial. Vale ressaltar que durante o estudo da Monarquia, o negro ressurgiu como uma "questão da mão-de-obra", considerado um "obstáculo" para o desenvolvimento da lavoura cafeeira em expansão. Nestes temas, os livros didáticos costumam associar a "cultura afro-brasileira". No entanto, segundo Pacini, essa cultura é frequentemente subordinada ao fator "escravidão", mantendo-se como o referencial principal para compreender a presença negra no Brasil.

Pacini (2015) pontua que,

Nas narrativas sobre o passado no Brasil, o negro aparece como cultura pitoresca ou popular (no sentido de possuir menor valor do que a cultura considerada erudita), como trabalhador escravizado lutando contra sua condição e, logo após a Abolição, salvo exceções, simplesmente desaparece da narrativa da História brasileira enquanto "assunto". A nosso ver, portanto, uma análise mais detalhada sobre como ocorre o ensino da escravidão negra no Brasil se faz necessária na medida em que a escravidão ainda é a principal forma de representação da população negra nos currículos brasileiros de História e afeta de maneira mais efetiva a formação da consciência histórica dos alunos no que diz respeito às questões étnico-raciais. (PACINI, 2015, p.6).

Não devemos esconder o que realmente ocorreu, mas conscientizar as novas gerações sobre a importância da história não se repetir ou entrar no esquecimento. A escravidão é um tema que sempre deve ser memorado e bandeiras devem ser levantadas para que isso não ocorra nunca mais e que aqueles que propagam discursos de ódio e racismo devam seguir para a sarjeta da história e receber punições severas.

Em vista da importância de um ensino que consiga romper com as barreiras descritas, acreditamos que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs) sejam um caminho. Assim, nas páginas que se seguem, iremos nos dedicar em analisar as possibilidades do Ensino de História sobre a Cultura Africana, por meio das TDICs.

3. O Ensino de História da África utilizando a Tecnologia como ferramenta educacional

Reiteremos que o emprego da tecnologia como ferramenta educacional no ensino da História da Cultura Africana representa uma abordagem inovadora e enriquecedora, por meio da utilização de recursos digitais, como vídeos, plataformas interativas e conteúdos online, possibilita uma imersão mais dinâmica e participativa dos estudantes nesse aspecto essencial do patrimônio humano.

Salientamos que a tecnologia não apenas viabiliza o acesso a informações atualizadas, mas também desconstrói estereótipos ao apresentar narrativas mais amplas e autênticas. Além disso, ao incorporar a tecnologia no processo educacional, promove-se uma aprendizagem mais inclusiva e acessível, atendendo às diferentes formas de absorção de conhecimento dos discentes.

Deve ser levado em conta que essa abordagem não apenas fortalece a compreensão da riqueza cultural africana, mas também prepara os alunos para uma participação mais informada e crítica na sociedade globalizada. Assim, a convergência entre o ensino de História da Cultura Africana e a tecnologia destaca-se como um caminho promissor para uma educação mais abrangente e alinhada com as demandas contemporâneas.

Ressaltamos que a integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) na sala de aula, quando direcionada ao ensino da História da Cultura Africana, oferece uma oportunidade única para ampliar o entendimento dos alunos sobre essa rica herança.

Onde podemos observar que, a utilização de recursos como documentários, visitas virtuais a museus africanos e plataformas interativas pode transformar o aprendizado em uma jornada mais envolvente e inclusiva. Ao adotarem essas abordagens, os educadores não apenas quebram estigmas e desmistificam narrativas distorcidas, mas também capacitam os estudantes a explorar, de maneira interativa, os diversos aspectos da cultura africana, contribuindo para uma compreensão mais profunda e abrangente.

As TDICs não são apenas ferramentas pedagógicas, mas meios eficazes para promover a apreciação e respeito pela diversidade cultural, elementos fundamentais no ensino da História Africana e dos Afro-brasileiros.

O emprego das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) é fundamental no ensino da história da África, representando recursos versáteis presentes em todas as fases da formação educacional. Essas tecnologias desempenham papel crucial não apenas no contexto diário da sala de aula, mas também como meios eficazes de comunicação. Além disso, oferecem respostas aos desafios sociais, proporcionando soluções para as demandas educacionais e comunicativas em geral.

Partindo desse pressuposto as instituições de ensino chegam a utilizar essas ferramentas como recursos preciosíssimos, especialmente no que diz respeito à gestão da informação. É perceptível que elas têm a capacidade de reunir, distribuir e compartilhar livremente dados através de redes, hospedando-os em diversos formatos. Vale ressaltar que isso viabiliza a disponibilização de conteúdos em sites e blogs, permitindo a oferta de Cursos Online Abertos e Massivos (Massive Open Online Course - MOOCs) na modalidade de Educação a Distância (EAD) por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Pontuamos que esses sistemas possibilitam que os educadores publiquem e armazenem recursos digitais, promovam atividades e conduzam avaliações online, além de receberem relatórios de desempenho dos estudantes, estabelecendo uma sinergia eficaz entre a gestão pedagógica e administrativa da instituição educacional.

Freire (1984) aborda o uso das tecnologias, especialmente do computador, discutindo suas potenciais consequências e ressaltando que

O avanço da ciência e da tecnologia não é tarefa de demônios, mas sim a expressão da criatividade humana [...] Quero saber a favor de quem, ou contra quem as máquinas estão postas em uso. Então, por aí, observamos o seguinte: não é a informática que pode responder. Uma pergunta política, que envolve uma direção ideológica, tem de ser respondida politicamente. Para mim os computadores são um negócio extraordinário. O problema é saber a serviço de quem eles entram na escola (FREIRE, 1984, p. 6).

As novas tecnologias têm se apresentado como uma alternativa ímpar na propagação do saber. Professores que passam a utilizá-las e se especializam tornam suas aulas mais dinâmicas e desafiadoras, fazendo com que os alunos se tornem protagonistas no aprendizado.

Devido ao grande avanço das tecnologias, os professores precisam experimentar novas ferramentas, além de buscar qualificação para aprendê-las e aplicá-las. Essa abordagem pode agregar mais valor ao currículo do professor, permitindo que ele tire o máximo proveito do potencial das tecnologias (ALVES & SILVA, 2019; ALVES et al., 2017; AZEVEDO BRASILEIRO & NUNES, 2019; CUNHA & CUNHA, 2019; EVANGELISTA et al., 2019; FERREIRA, 2019; FRANCISCATTO & PASSERINO, 2018).

Um dos fatores preponderantes para que a tecnologia seja incorporada na prática docente é o apoio de todo o corpo docente, fazendo com que o trabalho docente tenha um caminho aberto para a inovação. Silva (2019) pontua que

O uso de ferramentas tecnológicas educativas auxilia e fortalece os processos de ensinar e de aprender na sociedade contemporânea. Possibilitam a facilitação do trabalho na instituição, aliados com metodologias adequadas, são atrativos diferenciados para utilização em sala de aula no fazer pedagógico diário. Atuar com equipamentos tecnológicos, programas, aplicativos e redes, instigam os professores no processo de ensino-aprendizagem a vivenciarem processos estratégicos de inovação, tanto nos modos de ensinar e aprender, quanto na maneira de gerir a escola, pois agregaram novos conhecimentos, estímulos voltados para a interatividade, multimídia, entre outras características que habilitam os profissionais da educação a agirem na melhoria da carreira. (SILVA, 2019, p.2).

Quando a tecnologia é bem utilizada no âmbito escolar, as metodologias acabam se conectando e proporcionando experiências e inovações, sendo algo construtivo para todos os envolvidos no processo.

Silva (2019) chega a ratificar que as tecnologias aliadas à TDICs, possibilitam a adaptação do contexto em diversas situações do processo de aprendizagem. Trabalhando inclusive com as diversidades em sala de aula, além

do mais a utilização das TIC, acabam possibilitando que o docente viva e evidencie maneiras diversificadas os dados, sem contar na disponibilidade da informação no instante em que se tenha necessidade, possibilitando inclusive a melhora na prática de ensino aprendizagem, fazendo com que o aluno se torne protagonista, e possibilitando que eles assimilem os conteúdos.

Moran (2012) chega a afirmar que:

O uso das TIC na escola auxilia na promoção social da cultura, das normas e tradições do grupo, ao mesmo tempo, é desenvolvido um processo pessoal que envolve estilo, aptidão, motivação. A exploração das imagens, sons e movimentos simultâneos ensejam aos alunos e professores oportunidades de interação e produção de saberes (MORAN, 2012, p.13).

A tecnologia se avança em grandes passos, e o docente que se apropria de maneira inovadora e consciente tornará as suas aulas dinâmicas e revolucionárias no campo do conhecimento. Isso resulta em alunos mais críticos e conscientes de suas responsabilidades e comprometimento com o aprendizado. Além disso, a utilização das TDICs vai além do uso do smartphone, envolvendo imagens, sons e até mesmo movimentos que levam à interação e à construção robusta de conhecimento e saberes diversificados.

A escola que incentiva a utilização da TIC abre as portas para uma grande transformação e revolução educativa, promovendo melhorias significativas no ambiente escolar. É perceptível que a implantação de recursos tecnológicos nas escolas encontrou resistência considerável, e a adaptação demanda tempo e flexibilidade por parte dos envolvidos. Essa resistência, por vezes, acaba retardando o progresso e o protagonismo dos alunos. Ao longo dos anos, as escolas públicas vêm superando essas resistências, modificando as práticas pedagógicas e incorporando materiais didáticos diversificados no cotidiano escolar (PINHO & ARAÚJO, 2019; PINHO, 2017; PORTO JUNIOR & MORAES, 2017; REIS, 2017; ROCHA & NOGUEIRA, 2019; ROCHA et al., 2018; ROCHA, 2015; ROSADO, 2018; SANTOS et al., 2019; SANTOS & LASTÓRIA, 2019; SANTOS et al., 2018; SILVA & ALVES, 2018; SILVA et al., 2017; Silva et al., 2019; SOMMER & PINHO, 2017; TEIXEIRA et al, 2017; VIANA et al, 2017; ZACARIOTTI & SOUSA, 2019).

3.1 Benefícios e desafios das TDICS para o ensino de História da África e da Escravidão no Brasil

Reiteramos que a inserção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ambiente educacional tem se revelado uma tendência marcante, trazendo consigo uma série de benefícios notáveis. Entretanto, essa transição para uma sala de aula mais tecnologicamente integrada não está isenta de desafios, especialmente quando se consideram as dificuldades enfrentadas por alguns educadores na efetiva implementação dessas tecnologias no cotidiano pedagógico.

Pontuamos que dentre os benefícios preeminentes das TDICs no contexto educacional, destaca-se a ampliação do leque de recursos disponíveis para enriquecer o processo de ensino. Ferramentas interativas, plataformas online e aplicativos educativos oferecem oportunidades para personalizar a aprendizagem, tornando as aulas mais atrativas e adaptadas às diferentes formas de absorção de conhecimento dos discentes. Além disso, as TDICs proporcionam acesso imediato a vastos repositórios de informações, fomentando uma abordagem mais dinâmica e contextualizada ao conteúdo curricular.

Vale ressaltar que a adoção efetiva das TDICs na prática docente não se dá sem desafios consideráveis. Muitos educadores enfrentam obstáculos relacionados à falta de familiaridade com as novas tecnologias, à infraestrutura limitada nas instituições de ensino e à resistência, por vezes, manifestada tanto por alunos quanto por colegas de profissão. A transição de métodos tradicionais para estratégias mais tecnológicas demanda não apenas tempo, mas também uma curva de aprendizado que pode ser intimidadora para alguns docentes, sendo necessário uma capacitação que o torne apto tecnologicamente, passando pelo letramento digital.

Ressaltamos que a disparidade no acesso às tecnologias fora do ambiente escolar contribui para a criação de uma "lacuna digital", na qual alguns estudantes podem estar em desvantagem devido às limitações econômicas ou até mesmo geográficas. A equidade no uso das TDICs torna-se, portanto, uma

consideração crucial para assegurar que todos os alunos possam usufruir dos benefícios dessas ferramentas de maneira equitativa.

Diante desses desafios, é imperativo oferecer apoio contínuo e capacitação aos educadores, promovendo uma integração eficiente e significativa das TDICs no currículo escolar. A conscientização sobre as barreiras enfrentadas pelos docentes e a implementação de estratégias para superá-las são passos importantíssimos na busca por uma utilização exitosa das TDICs, contribuindo assim para uma educação mais moderna, inclusiva e eficaz.

Contudo é necessário ressaltar que são inúmeros os desafios que as escolas públicas enfrentam quando o assunto envolve a implantação e adoção das TDICs no ambiente de ensino aprendizagem. Silva (2019) pontua que,

A escola pública tem sido pressionada a integrar de modo certo o ensino com as tecnologias digitais. Contudo, são ínfimas e descontínuas as políticas públicas desenvolvidas para inserir as tecnologias na escola e nem todas as instituições educacionais estão adaptadas para ter os equipamentos e a maioria dos docentes ainda não dispõem de conhecimentos teóricos e práticos para a utilização dos novos meios didáticos. Entretanto, os ambientes que conseguiram reunir as condições materiais e os recursos humanos qualificados têm obtido bons frutos no processo de ensino- aprendizagem. (SILVA, 2019, p.4).

A utilização das tecnologias no ambiente escolar além de tornar as aulas mais dinâmicas, possibilitam que os discentes que já tem familiaridade com as novas tecnologias, encaixem em seus estudos o dispositivo que ele tem conhecimento. Como resultado, isso se torna um forte aliado na aprendizagem e na resolução de desafios e problematizações do dia-a-dia.

A internet tem potencializado o uso das tecnologias no meio escolar, permitindo que os professores se apropriem de recursos inéditos e os explorem em sala de aula. Além disso, a internet se torna um divisor de águas na prática de ensino-aprendizagem, possibilitando a criação e disponibilização gratuita de inovações para o uso dos docentes. Ao proporcionar dinamicidade nas aulas, o uso adequado da internet pode levar os alunos a aprofundarem os conteúdos apresentados em sala de aula. Silva (2019) nos mostra que,

A Internet é uma realidade intrincada em que estamos imersos e que devido aos rumos em que a sociedade vem sendo direcionada mediante às novas tecnologias é algo indissociável do nosso cotidiano. Acompanhar os avanços e usufruir de suas prerrogativas, é de suma importância para que se possa oferecer atuar coerente com os anseios daqueles que atendemos no cotidiano escolar e mesmo nas demais áreas as quais nos inserimos. (SILVA, 2019, p.5).

Referindo-se à inclusão de softwares e hardwares, Silva (2019) destaca que isso aprimora a prática de aprendizagem dos alunos, possibilitando o acesso a dados e a realização de diversas atividades. Além disso, qualifica os docentes e os envolve na criação de redes e comunidades físicas e virtuais, maximizando a prática de ensino-aprendizagem e levando os alunos ao protagonismo.

Quanto ao papel do professor em relação à utilização das TDICs, ele se torna um mediador, oferecendo suporte para sua utilização no meio escolar. No entanto, para que o docente consiga realizar tudo isso, é necessário buscar formação e atualizações muito além de suas qualificações, tendo a visão de que o uso das tecnologias será um potencializador de suas aulas.

Além do mais,

As novas tecnologias oferecem perspectivas transformadoras e decisivas para aprimorar o ensino, mas deve-se ponderar que há diversos problemas ainda relacionados à incorporação de tecnologias nos espaços escolares. É um desafio para o professor mudar sua maneira de lecionar e pôr em prática o ensino, por meio de uma nova ferramenta. (SILVA, 2019, p.6).

O novo pode até assustar, mas quando bem estudado e aceito, possibilita que o professor desenvolva competências e cativa seus alunos, tornando suas aulas dinâmicas, interativas e robustas, atingindo os objetivos da prática docente, que envolvem tornar o aluno protagonista da aprendizagem.

A atualização das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem torna-se um grande desafio para os professores na sala de aula, uma vez que as TDICs vêm proporcionando uma grande transformação na

sociedade. Conforme apontado por Silva (2019), o uso da tecnologia se torna um instrumento oferecendo novas formas de conhecer, fazer e até mesmo criar.

A educação envolve mudanças e a adaptação aos recursos que possibilitam o ensino com excelência, mesmo quando se trata do uso das novas tecnologias na prática docente.

Segundo Brito e Purificação (2012), a comunidade escolar se depara com três caminhos a seguir. O primeiro é rejeitar as tecnologias e ficar à margem dos processos que elas englobam. O segundo é apropriar-se de técnicas e transformar a vida dos envolvidos em uma busca constante pelo novo. E, por fim, apropriar-se dos processos que envolvem habilidades, permitindo o controle das tecnologias e de seus efeitos no ambiente em que estão inseridas.

Dessas três opções a última demonstra ser a mais viável, como pontua Silva (2019),

Pois potencializa uma formação intelectual, emocional e corporal do cidadão, que lhe permita criar, recriar e pensar suas formas e atitudes, com características fortes de transformação da sociedade. (SILVA, 2019, p.7).

As TDICs ainda são vistas como algo incômodo, pois alguns professores adotam uma abordagem mais tradicional, chegando até mesmo a demonstrar inflexibilidade em relação ao novo. É crucial que o docente supere esse paradigma e compreenda que as novas tecnologias podem ser fortes aliadas na prática docente. Cabe ao professor superar quaisquer desafios que possam surgir ao longo do caminho do processo de ensino-aprendizagem. Sobre isso, Moura (2017, p.7) afirma que “são muitos e diversos os desafios educativos da geração Net, porque os alunos de hoje desejam aprender de maneira diferente dos alunos do passado”.

A educação no Brasil ainda recebe pouco investimento, onde gestões presidenciais passaram e viram a educação como um custo e não como investimento. Isso além de retardar o avanço educacional, acabou atrasando o desenvolvimento tecnológico das escolas. Silva (2019) nos mostra que,

Além dos desafios enfrentados pelos professores, a escola enfrenta diversas dificuldades que são desde a falta de recursos financeiros, de

infraestrutura, de formação para os professores, equipe pedagógica e demais profissionais da escola. Os equipamentos que são disponibilizados para a escola, pouco suprem a demanda, sendo insuficiente para o uso por parte dos profissionais e alunos. (SILVA, 2019, p.7).

O professor desempenha um papel fundamental na formação dos discentes e também contribui significativamente para a esfera social, que é de suma importância na educação das futuras gerações. O docente atua como a ponte que conecta os alunos à construção do conhecimento. Portanto, é crucial que os professores busquem atualizações e se destaquem em suas salas de aula.

Eles precisam de apoio e capacitação para garantir que sua prática docente atenda aos objetivos do ensino-aprendizagem e que a adoção das novas tecnologias resulte em melhorias significativas, permitindo a inovação tecnológica.

Silva (2019) finaliza pontuando que,

As TICs são recursos otimizadores das práticas educativas, consideradas como meios indispensáveis para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Com estes recursos, os professores conseguem inovar em suas aulas, conquistando a atenção dos alunos, visto que as novas tecnologias são o passatempo mais frequente das crianças. Estes nativos digitais estão crescendo inseridos e cercados pelas TICs. Cabe ao professor buscar formação adequada para saber manusear e tirar maior proveito das tecnologias aplicáveis à educação, poder interagir com os alunos, tornando as aulas mais lúdicas e atrativas. (SILVA, 2019, p.8).

A organização dos professores e a busca conjunta com a gestão por políticas públicas de formação, visando à aquisição de recursos tecnológicos para a escola, serão fatores preponderantes para que o corpo docente reconheça a importância da tecnologia no ambiente escolar. Isso se configura como um complemento à prática do ensino-aprendizagem, o que, por consequência, levará o discente ao protagonismo.

4. Utilização da tecnologia no ensino da cultura Afro-brasileira e Africana

No presente capítulo, abordaremos alguns recursos e meios tecnológicos que os professores podem utilizar em sala de aula, visando tornar suas aulas mais dinâmicas e objetivas, cativando os alunos e tornando-os seres críticos e reflexivos.

A sala de aula é um ambiente riquíssimo em cultura e diversidade, onde cada aluno possui sua singularidade e métodos de aprendizagem. Existem aqueles que aprendem mais rápido e outros que são mais pontuais, sem contar que alguns são bastante metódicos, tornando o ambiente bastante diversificado e desafiador. Cabe ao professor saber lidar com as diferenças e preparar um material que atenda a todos os alunos.

Na atualidade, ainda existem alguns professores que permanecem utilizando tecnologias tradicionais, fechando-se para as inovações das TDICs. Contudo, vivemos em um ambiente de constante avanço tecnológico, e os professores precisam se atualizar, buscando formas de tornar suas aulas mais dinâmicas e alinhadas às expectativas dos alunos. Esta geração está imersa na tecnologia, utilizando smartphones, tablets, notebooks e computadores em seu cotidiano.

O professor não precisa ser um especialista em Tecnologia da Informação (TI), mas deve dominar o essencial para desenvolver em sala de aula o conteúdo programático, utilizando ferramentas que potencializem o ensino. A TDICs veio para ser um complemento ao ensino, não um empecilho. Com isso, o docente deve se atualizar e buscar meios de se familiarizar com as tecnologias. Vale ressaltar que a resistência ao novo pode ser prejudicial à prática docente. A pandemia de COVID-19 mostrou que a Educação à Distância (EAD) é uma ferramenta imprescindível e essencial. Além disso, os trabalhos remotos passaram a ser uma realidade, demonstrando que a tecnologia pode ser uma aliada na prática docente e nas interações humanas.

Vale ressaltar que a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) estabelece um conjunto estruturado e contínuo de conhecimentos, competências e habilidades considerados fundamentais para o desenvolvimento de todos os alunos ao longo de sua trajetória educacional. Este conjunto abrange

aprendizagens essenciais que os estudantes devem adquirir durante seu percurso escolar, garantindo uma formação mais abrangente e progressiva.

Nas competências gerais que devem ser desenvolvidas no meio educacional por meio da BNCC estão,

- 1) Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2) Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3) Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4) Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5) Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6) Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7) Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8) Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e

capacidade para lidar com elas. 9) Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 10) Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 09).

Pontuamos que não apenas a BNCC, mas também o Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor desde 25 de junho de 2014, por meio da Lei Nº 13.005, propõe promover a inovação tecnológica como uma meta fundamental para o sistema educacional brasileiro. Essa legislação define diretrizes, metas e estratégias abrangentes para os próximos dez anos, englobando todos os níveis educacionais, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação.

Conforme destacamos, essa abordagem está em conformidade com as disposições da Constituição Federal de 1988, que estabelece como responsabilidade do país elaborar um planejamento para o futuro da educação. Isso visa proporcionar uma formação ainda mais abrangente, configurando-se como um direito fundamental do cidadão e, simultaneamente, um dever do Estado e da família.

Silva (2022, p.58) nos mostra que o PNE (Plano Nacional de Educação), “engloba a inovação e a tecnologia como subterfúgio para atingir os fins educacionais desejados, segundo dispõe as metas 5 (estratégias 5.3, 5.4 e 5.6) e 7 (estratégias 7.12 e 7.15)”, como vemos abaixo,

5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e

favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a alfabetização;

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.15) universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação (BRASIL, 2014, n,p).

Silva (2022) pontua que cabe às escolas desenvolver práticas de ensino aprendizagem atreladas ao PNE, envolvendo habilidades e atitudes relacionadas às TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação).

Além de que deve-se levar em consideração como pontua Silva (2022),

As condições socioeconômicas da maioria das famílias brasileiras e suas condicionantes socioculturais, pois por mais das vezes crianças, adolescentes e jovens não possuem ou não têm celulares, smartphones, notebooks ou computadores como ferramentas pedagógicas para o ensino, aprendizagem e pesquisa, mas como meios de diversão e acesso à mídias de entretenimento. (SILVA, 2022, p.58-59).

No meio escolar nem todos os alunos dispõem de acesso às tecnologias e dispositivos tecnológicos, cabendo ao docente saber dosar as suas práticas

docentes, fazendo com que os discentes se tornem protagonistas do aprendizado. Outro ponto que deve ser levado em consideração é que nem todas as escolas dispõem de recursos tecnológicos para embasar os conteúdos apresentados em classe pelo professor. Ensinar vai muito mais além do que copiar um assunto no quadro, requer dedicação, amor e domínio dos assuntos.

Silva (2022) pontua a respeito da cultura digital que,

Os/As estudantes estão dinamicamente inseridos/as na cultura digital, e não somente como meros/as consumidores/as. Percebe-se que as crianças, adolescentes e jovens são protagonistas da cultura digital, e envolvem-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal de atuação social em rede. (SILVA, 2022, p.59).

Quando o aluno se torna o protagonista da educação, é um sinal de que o professor de História está no caminho certo, honrando sua profissão e deixando um legado ao transformar vidas. A BNCC, ao se referir às tecnologias, chama-as de novas linguagens e explora seus modos de funcionamento,

[...] é imprescindível que a escola compreenda e incorpore [...] as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (BNCC, p.61).

Para discorrermos sobre o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ensino da história da África e da Escravidão no Brasil, é necessário compreender um pouco mais sobre esse período obscuro em nosso país. Destacamos que a partir do século XVI, o tráfico de africanos para o Brasil emergiu como um negócio exorbitantemente lucrativo para comerciantes localizados em ambas as margens do Atlântico. Inicialmente, essa prática era conduzida por comerciantes portugueses, sendo gradualmente substituídos por empresários brasileiros. Ressaltamos que ao longo do século XVIII, observou-

se uma transição significativa, culminando no domínio integral dessas operações por parte dos comerciantes brasileiros.

Ao falar sobre o tráfico transatlântico, o CEAO/UFBA nos mostra que,

O tráfico transatlântico de escravizados mobilizava um grande número de pessoas e de capital. Para se ter uma idéia aproximada, calcula-se que cerca de 11 milhões de africanos foram trazidos à força para as Américas na condição de escravizados entre os séculos XVI e XIX. Este número não inclui aqueles que morreram durante os violentos processos de apresamento e de embarque na África, nem aqueles que não sobreviveriam à travessia do Atlântico. Destes, mais de um terço, ou cerca de 4 milhões foram trazidos para o Brasil. O que evidencia o alto grau de comprometimento dos brasileiros com o tráfico de escravizados. (CEAO/UFBA, 2010, p.11).

Vale ressaltar que por ter sua população limitada para a ocupação do vasto território brasileiro, Portugal encontrou a solução para o povoamento e colonização do Brasil na importação de africanos por meio do tráfico transatlântico de escravizados.

Os escravizados eram tratados como propriedades ou coisas e não como seres humanos. Com base nisso, a condição jurídica estabelecia que, se uma escrava tivesse um filho, este também seria considerado escravo, perpetuando assim o ciclo da escravidão. O CEAO/UFBA (2010) nos mostra que

Por serem juridicamente “coisas”, os homens e mulheres escravizados podiam ser doados, vendidos, trocados, legados nos testamentos de seus senhores e partilhados, como quaisquer outros bens. Na condição de “coisa” eles não podiam possuir e legar bens, constituir poupança, nem testemunhar em processos judiciais.

A coisificação jurídica do escravizado fazia parte de uma estratégia de dominação que buscava desumanizar os escravizados e que ao mesmo tempo em que os destituía de todos os direitos criava uma ideologia de subalternidade, segundo a qual eles seriam incapazes de refletir e contestar a própria condição. (CEAO/UFBA, 2010, p.13).

Vale ressaltar que existia a questão da alforria nas colônias portuguesas e espanholas, mas era praticamente impossível que isso se tornasse realidade,

já que a maioria das alforrias que ocorreram resultaram de pagamentos. O CEAO/UFBA (2010) nos mostra que

Após 1822, em troca do reconhecimento da independência política, o Brasil se comprometeu a abolir o tráfico em 1830. Em 1831, foi promulgada uma lei nesse sentido, que se tornou letra morta ou uma lei “para inglês ver”, como foi dito na época. [...] Frente a mais uma lei descumprida (a Lei anti-tráfico de 1831), em 1845, a Inglaterra promulgou o Bill Aberdeen, uma lei que autorizava a captura de navios brasileiros pela marinha britânica e o julgamento da tripulação do navio por tribunais militares britânicos. (CEAO/UFBA, 2010, p.19).

Infelizmente, nosso país disseminou e alimentou a escravidão por muitos anos, sendo o último país na América do Sul a abolir essa prática. A resistência valeu a pena, e hoje a população negra luta por dias melhores. O Brasil enfrenta o desafio do racismo estrutural, e a reparação histórica se faz necessária. As feridas deixadas pela escravidão são profundas e difíceis de cicatrizar. O tema da escravidão negra deve ser lembrado para evitar que acontecimentos semelhantes ocorram novamente. Mesmo com o fim oficial da escravidão, a herança deixada continua a marginalizar a população negra e pobre.

Conforme exposto anteriormente, o uso das TDICs no ensino da África e dos afro-brasileiros possibilitará a formação de cidadãos que reflitam sobre o quão danosa foi a escravidão e o quão prejudicial é para a nação a prática do racismo. As tecnologias, além de incrementarem as aulas, serão veículos disseminadores de conhecimento, propagando a realidade por meio de fontes confiáveis, como documentos, audiovisuais e games.

Inúmeras tecnologias estão sendo utilizadas em sala de aula, principalmente por professores de História. Dentre essas tecnologias, destacam-se os Recursos Online e as Plataformas de Ensino a Distância (EaD), que possibilitam a disponibilização de materiais didáticos, fóruns de discussão, a realização de avaliações e interações entre o docente e seus alunos.

Vale ressaltar que a utilização de recursos online e plataformas de Ensino a Distância (EaD) tem se destacado como uma ferramenta pedagógica valiosa, oferecendo uma abordagem flexível e inovadora em sala de aula, especialmente no ensino de história. Esses recursos proporcionam acesso a uma vasta gama

de materiais educacionais, tais como documentos históricos digitalizados, vídeos explicativos e simuladores interativos.

No contexto da história, as plataformas de Ensino a Distância permitem a exploração autônoma de diferentes períodos e eventos, enriquecendo a compreensão dos alunos. Pontuamos que a EaD possibilita a superação de barreiras geográficas, permitindo que os estudantes acessem conteúdos relevantes de forma remota, promovendo assim uma experiência de aprendizado mais inclusiva e adaptada aos desafios contemporâneos.

Na atualidade, os professores podem utilizar a Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada, bastando ter um óculos e um celular, ou realizar visitas a museus virtuais. Reconstruções históricas podem ser aprimoradas para aplicação no ensino de história. Os professores podem recorrer a bancos de dados e fontes digitais, possibilitando uma pesquisa histórica rápida e acesso a documentos digitalizados, jornais e diversos recursos que podem ser explorados pelos discentes.

Na atualidade também encontramos excelentes materiais nas Redes Sociais, onde profissionais da educação, de forma colaborativa e parceira, disponibilizam conteúdos e materiais que passam a auxiliar o professor em suas práticas docentes. Um exemplo de página que auxilia os professores é o perfil do Instagram "africajnvui"¹, onde temas atuais e passados são abordados. O conteúdo vai desde temas que envolvem escravidão, racismo, racismo estrutural até conflitos que ocorrem no continente africano, apresentado sem filtros. Essa página pode ser utilizada em sala de aula, sendo uma excelente fonte de auxílio didático.

Os podcasts e vídeos educativos também têm sido fortes aliados na prática docente. Além da variedade de podcasts disponíveis, o próprio docente pode elaborar os seus e criar vídeos aulas descontraídas e dinâmicas. Vale ressaltar que esses recursos são práticos para os discentes, pois podem ser acessados a qualquer momento depois de prontos e publicados, oferecendo bastante flexibilidade.

Reiteramos que diversos canais no YouTube disponibilizam gratuitamente conteúdos de altíssimo nível, sendo um complemento didático valioso para os

¹ www.instagram.com/africajnvui/

professores de História. Dentre esses canais, destacamos dois: "CECULT - IFCH UNICAMP" e "Historiar-se". Ambos oferecem uma variedade de vídeos educativos que maximizam as aulas e dinamizam a prática docente, promovendo o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

Os canais supracitados utilizam fontes confiáveis e documentações verificadas, evidenciando o compromisso dos pesquisadores com a verdade ao embasar as temáticas abordadas. A didática na exposição dos temas é clara e objetiva. Ambos os canais mostraram-se compactos e facilitadores para a prática docente. Temas complexos são destacados de forma a possibilitar que o docente compreenda e se aprofunde nos assuntos em estudo, podendo, inclusive, indicar esses canais aos seus alunos.

Podemos ainda destacar como facilitador tecnológico para os professores de História o uso da Inteligência Artificial (IA). Essa ferramenta se mostra bastante útil e essencial para parcerias, permitindo correções textuais e acréscimos de informações a pesquisas pontuais. Vale ressaltar que a IA não retira o mérito dos artigos científicos e postagens acadêmicas, mas oferece um suporte valioso aos docentes. Ao falar de IA, Valente (2018) pontua que

O aluno já não é mais o mesmo e não atua como antes. Ele não lê mais em material impresso e prefere ler nas telas. Quando solicitado a fazer uma pesquisa, provavelmente vai utilizar um sistema de busca como o Google ou os sistemas de acesso às bases de dados digitais (VALENTE, 2018, p. 17).

O material impresso não deixa de ser importante, podendo complementar as aulas e se interligando de maneira sinérgica com as tecnologias digitais. Cabe ao professor saber dosar sua prática docente, proporcionando uma experiência educacional integrada que faz com que o aluno se torne protagonista.

Outro ponto que deve ser destacado é que

As tecnologias de comunicação atualmente em uso (Facebook, Instagram, Whatsapp etc.) favorecem uma permanente troca de ideias entre os estudantes, mas também com os professores (LEHMANN; PARREIRA, 2019 apud PARREIRA; LEHMANN; OLIVEIRA, 2021, p.978).

Saber utilizar esses recursos tecnológicos é fundamental para que a prática docente adentre os caminhos da modernização e da tecnologia voltada para a educação. Vale ressaltar que a inteligência artificial (IA) está presente nesses meios tecnológicos e, por meio de algoritmos, consegue filtrar os gostos e preferências dos usuários.

Outro ponto que deve ser destacado é o que é a Inteligência Artificial e o seu real objetivo, onde pode ser observado que

A Inteligência Artificial (IA) é uma área da ciência da computação que tem o objetivo de desenvolver sistemas que possam realizar tarefas que geralmente requerem inteligência humana, como a capacidade de aprender, raciocinar e resolver problemas. A IA está transformando uma parcela expressiva da sociedade, e essas transformações estão ficando cada vez mais visíveis. (CARDOSO; SILVA; BRAGION; ANDRIOLI; CHAVES, 2023, p.2).

Uma parcela da população chega a acreditar que as inteligências artificiais (IAs) vão substituir os seres humanos, Good (1966) pontua que

Seja uma máquina ultra inteligente definida como uma máquina que pode superar de longe todas as atividades intelectuais de qualquer homem, por mais inteligente que seja. Como o projeto de máquinas é uma dessas atividades intelectuais, uma máquina ultra inteligente poderia projetar máquinas ainda melhores; haveria, então, inquestionavelmente, uma “explosão de inteligência” e a inteligência do homem seria deixada para trás. Assim, a primeira máquina ultra inteligente é a última invenção que o homem precisa fazer sempre, desde que a máquina seja dócil o suficiente para dizer nos como mantê-lo sob controle. (GOOD, 1966, p.33).

A IA ao adentrar o campo da educação nos mostra que

A projeção que se tem para o Futuro da Educação aborda a inclusão dos nativos digitais (estudantes) que estão imersos na tecnologia, dentre elas, a IA, e essa abordagem irá impactar o modelo educacional. A tecnologia, comumente, causa muito estresse aos professores

porque os estudantes estão muitas vezes distraídos enquanto a utilizam. Esta situação torna difícil para os estudantes se concentrarem no seu próprio trabalho, dificultando também o papel do professor. (CARDOSO; SILVA; BRAGION; ANDRIOLI; CHAVES, 2023, p.3).

Pischetola (2016) pontua que os métodos tecnológicos frente a educação vêm se provando falha, pois,

Ao considerarmos que os usos das tecnologias podem ativar diversos potenciais, concordamos com Burbules e Callister (2000) quando enfatizam que a tecnologia não pode ser pensada de forma unilateral, isto é, como mero instrumento do qual fazemos uso. O uso em si modifica social e culturalmente o usuário, ativando inteligências e habilidades diferentes, construindo e favorecendo novas competências. (PISCHETOLA, 2016, p.20).

Vale salientar que, "Analisando o modelo tradicional de ensino, os alunos não são direcionados a buscar o conhecimento de fato, uma vez que eles apenas recebem os conteúdos transmitidos (narrados, depositados) pelo professor". (CARDOSO; SILVA; BRAGION; ANDRIOLI; CHAVES, 2023, p.6). O professor ao preparar as suas aulas tem a oportunidade de desenvolver o aprendizado de forma mais ampla, inclusive por meio dos estudos e de experimentações, como explica Paulo Freire (1979),

Esta prática, que a tudo dicotomiza, distingue, na ação do educador, dois momentos. O primeiro, em que ele, na sua biblioteca ou no seu laboratório, exerce um ato cognoscente frente ao objeto cognoscível, enquanto se prepara para as suas aulas. O segundo, em que, frente aos educandos, narra ou disserta a respeito do objeto sobre o qual exerceu o seu ato cognoscente. O papel que cabe a estes, como salientamos nas páginas precedentes, é apenas o de arquivarem a narrativa, ou os depósitos que lhes faz o educador. Desta forma, em nome da "preservação da cultura e do conhecimento", não há conhecimento, nem cultura verdadeiros. Não pode haver conhecimento pois os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador. Não realizam nenhum ato cognoscitivo, uma vez que o objeto que deveria ser posto como

incidência de seu ato cognoscente é posse do educador e não mediatizador da reflexão crítica de ambos. (FREIRE, 1979, p. 79).

Reiteramos que

A IA tem sido uma das tecnologias mais transformadoras do século XXI, afetando uma ampla gama de setores, desde finanças até saúde e entretenimento. Na educação, a IA tem o potencial de revolucionar a maneira como as pessoas aprendem e os professores ensinam, tornando a educação mais personalizada, acessível e eficaz (TAVARES et al., 2020 apud CARDOSO; SILVA; BRAGION; ANDRIOLI; CHAVES, 2023, p.7).

Ainda a respeito das IAs existem alguns benefícios que podem ser destacados, dentre eles,

Personalização da aprendizagem: A IA permite que os sistemas de educação personalizem a aprendizagem para as necessidades e habilidades individuais dos alunos. Com algoritmos de aprendizado de máquina, os sistemas podem adaptar o conteúdo do curso, fornecer feedback imediato e criar planos de estudo personalizados para cada aluno. Inclusive, pode ser utilizada para fornecer uma aprendizagem adaptativa, que se adapta às necessidades de cada aluno.

Eficiência: A IA pode automatizar tarefas tediosas e repetitivas, como a correção de provas e a análise de dados. Isso permite que os professores se concentrem em atividades mais significativas, como o planejamento de aulas e a interação com os alunos.

Acesso à educação: Com a IA, os sistemas de educação podem ser disponibilizados online, permitindo que os alunos tenham acesso ao conteúdo do curso em qualquer lugar e a qualquer hora. Isso pode ser particularmente útil para alunos em áreas remotas ou com dificuldades financeiras.

Análise de dados: A IA pode ser usada para analisar grandes quantidades de dados educacionais, permitindo que os sistemas identifiquem padrões e tendências que possam ajudar a melhorar a educação. Isso pode ajudar a identificar áreas em que os alunos estão tendo dificuldades e aprimorar a eficácia do ensino. (CARDOSO; SILVA; BRAGION; ANDRIOLI; CHAVES, 2023, p.7-8).

Vale ressaltar que o professor precisa ter domínio do assunto que leciona em sala de aula e não depender exclusivamente da IA. Por mais que ela faça recortes de informações, estas podem estar adulteradas e conter distorções gravíssimas. Portanto, é de suma importância não depender apenas da Inteligência Artificial. Os alunos devem utilizar as IAs com sabedoria, visando o aprendizado adquirido em sala de aula, e com o auxílio do professor, tornarem-se pesquisadores independentes, não dependentes das IAs, mas vendo-as como um auxílio para seu protagonismo educacional.

Por fim, os Jogos Educacionais têm alavancado as aulas de História e destravado o saber nos discentes. Esses recursos não apenas elucidam assuntos que outrora eram maçantes, mas também tornam as aulas mais dinâmicas, permitindo que os alunos se tornem protagonistas ativos da aprendizagem. Jogos de computador e aplicativos podem ser projetados para ensinar conceitos históricos de maneira lúdica, incentivando a participação ativa dos discentes e promovendo um entendimento mais aprofundado dos eventos históricos.

A gamificação na educação é de extrema importância, pois potencializa o ensino apresentado pelo docente em sala de aula. Com essa abordagem, os alunos absorvem o conteúdo de forma mais rápida e eficaz. O professor pode utilizar quizzes, cards e jogos disponíveis em sites educativos e na biblioteca de aplicativos de seus respectivos smartphones.

Para falarmos de gamificação se faz necessário entender qual o seu papel e sua finalidade, o jogo é definido como

Uma atividade sem outra finalidade a não ser ela mesma ou o prazer, sem outro impedimento senão suas próprias regras, enfim sem efeito irreversível (o que uma partida faz, outra pode ignorar ou refazer). (COMTE-SPONVILLE, 2003. p.238).

Deve ser levado em conta que

Jogos estão no cotidiano da humanidade, eles são uma parte significativa da nossa infância e adolescência. Hoje, são observados como um fenômeno presente também na fase adulta, e de formas absolutamente diversas. O mercado de jogos de tabuleiro, de livros e

revistas sobre essa temática e, sobretudo de jogos eletrônicos é de um volume cada dia maior. Os jogos promovem inúmeros produtos: filmes, séries, brinquedos, itens colecionáveis, conferências de fãs, peças de vestuário e o que o mercado propor. A mídia divulga números na casa dos milhões movimentados pela indústria de jogos. (PAZ, 2018, p.9).

Ao se falar de gamificação na educação Fadel e outros autores nos mostra que

O termo gamificação compreende a aplicação de elementos de jogos em atividades de não jogos. Assim, embora a palavra tenha sido utilizada pela primeira vez em 2010, a gamificação tem sido aplicada há muito tempo. Na educação, por exemplo, a criança podia ter seu trabalho reconhecido com estrelinhas (recompensa) ou as palavras iam se tornando cada vez mais difíceis de serem soletradas no ditado da professora (níveis adaptados às habilidades dos usuários)." (FADEL et al.: 2014, P.06).

Onde "técnicas com mecanismos de gamificação fazem parte do sistema de ensino aprendizagem há anos em nossas instituições" (PAZ, 2018, p.12).

O ensino está passando por transformações significativas devido ao surgimento de novas tecnologias e às necessidades em constante evolução. As aulas não se limitam mais a copiar e esperar as explicações dos professores; hoje, os alunos devem ser vistos como protagonistas da educação. Destacamos que a gamificação da aprendizagem representa um passo significativo que a educação deu. Cabe aos docentes acompanhar esses avanços e se atualizarem em relação ao novo e ao futuro da educação.

As pessoas estão cada vez mais interessadas em games, algo que, outrora, era sinônimo de distração, passou a ser estimulante para a inteligência e a causar satisfação àqueles que jogam. Vale ressaltar que, quando bem empregadas, as tecnologias trazem o desenvolvimento pessoal do indivíduo. Huizinga (2010) chega a pontuar que o ato de jogar está inserido nas mais diversas relações sociais, desde a política, o trabalho, a poesia e inclusive a natureza.

Raguze e Silva (2016) pontua que

A gamificação não é um conceito novo. Muitas campanhas de marketing já utilizaram da gamificação para promover-se. O próprio fenômeno da viralidade, também é uma característica que pode ser associada a gamificação. A maior parte dos casos de sucesso de gamificação provam que somente o entendimento da construção de jogos e o entendimento do que motiva os jogadores pode tornar bem sucedido o processo de gamificação. (RAGUZE; SILVA, 2016, p.2).

O jogo possibilita que as pessoas se tornem mais criativas e desenvolvam habilidades de raciocínio lógico aguçado. A partir do momento em que o jogador se sente desafiado, ele busca soluções rápidas e pontuais, ao invés de se prender a algo que possa atrasar seu objetivo final. Não nos referimos à pressa, mas à destreza de resolver os problemas de maneira objetiva, coesa e proativa.

Pontuamos que a Gamificação não está estritamente ligado ao ato de jogar, Raguze e Silva (2016) pontua que

O principal ponto da gamificação está em atingir o objetivo usando lições aprendidas a partir dos jogos e não jogando propriamente dito. Da mesma forma, a gamificação não é uma solução fácil e absoluta para resolver todos os problemas. Uma mesma técnica aplicada em contextos diferentes pode não gerar o mesmo resultado. (RAGUZE; SILVA, 2016, p.2-3).

Reiteramos que na Play Store existe um jogo intitulado "História & Cultura Afro-Brasileira". Antes de iniciar o jogo, ao clicar em "novo", aparece uma breve introdução explicando o propósito do game. Vale ressaltar que a proposta do jogo é destacar as figuras afro-brasileiras que desempenharam um papel crucial ao longo da história na construção e desenvolvimento do nosso Brasil. Busca-se reconhecer e dar visibilidade às suas significativas contribuições, além de fazer com que o jogador conheça e valorize a diversidade étnico-racial e cultural do nosso país. O objetivo é contribuir para o fortalecimento e orgulho dos afro-brasileiros, mostrando que o preconceito não tem vez, e, por meio lúdico, levar a luta diária do afro-brasileiro.

O jogo é bastante intuitivo e permite que, ao coletar os personagens negros, o jogador conheça um pouco de suas histórias. Por fim, é possível montar uma exposição em um museu com todos os quadros coletados.

A tecnologia se tornou uma forte aliada para o professor ao ensinar sobre África e os afro-brasileiros. O livro didático não é mais o centro, o protagonista, mas sim um complemento, uma espécie de roteiro da aula. Ao utilizar recursos tecnológicos, o docente faz com que o aluno se sinta incluído e passe a ser o protagonista da aprendizagem.

O professor deve buscar meios para tornar a tecnologia sua aliada, e não um empecilho para o seu crescimento pessoal e para o aprendizado de seus alunos. Não dominar uma ferramenta não significa que o professor não seja competente, mas deve ser um estímulo para que o docente busque aprender e torne suas aulas inesquecíveis, efetivamente alcançando os objetivos do processo de ensino-aprendizagem.

O letramento virtual é crucial para o docente. Dominar os recursos tecnológicos voltados para a prática de ensino não apenas maximiza a aula, mas também cativa os alunos. As aulas deixam de ser engessadas e maçantes, tornando-se mais atrativas e participativas para os alunos. Isso demonstra que os discentes são verdadeiros protagonistas do aprendizado, ao mesmo tempo em que são preparados para serem autossuficientes e críticos.

5. Considerações finais

Ensino e tecnologia na atualidade andam de mãos dadas, e vemos que professores que incorporam essas práticas tornam suas aulas mais dinâmicas e inovadoras. Falar sobre África e a história afro-brasileira é lembrar que a identidade nacional sofre fortes influências dos africanos, que foram aprisionados em sua terra natal e chegaram aqui como escravizados, privados de tudo, mas nunca baixaram a cabeça. Foram resistência ao sistema que os oprimia, e ainda hoje resistem contra um sistema segregador, perverso e preconceituoso. Mesmo após conquistarem a liberdade, os negros enfrentam o racismo estrutural na atualidade, que persiste em ser erradicado. Não bastam os anos de escravidão que enfrentaram; na contemporaneidade, ainda sofrem. A educação é a ferramenta essencial para desconstruir estereótipos.

A educação liberta o oprimido e traz luz à ignorância. O professor que souber lidar com os fatos, ensinando História sem a concepção eurocêntrica,

estará apto a transformar seus alunos em protagonistas do saber. As tecnologias direcionadas ao ensino da História da África e dos afro-brasileiros estão ganhando robustez, e quanto mais incentivos existirem, mais pessoas serão alcançadas com a verdadeira história da África, apresentada em sala de aula por docentes capacitados e letrados digitalmente. Isso tornará as aulas, antes maçantes, cativantes, permitindo que os discentes se tornem autônomos, protagonistas, além de serem críticos e reflexivos em relação à temática estudada e aos temas sobre África que surgirão.

Foi observado no decorrer dessa monografia a importância da abordagem da temática escravidão e Cultura Africana em sala de aula. Ficou evidente que não foi fácil conseguir que a disciplina se tornasse obrigatória e essencial. Foram duras lutas.

A aprovação da Lei 10.639/03 é uma conquista para o ensino de história e cultura afro-brasileiras. Hoje o continente africano ganha protagonismo, diferente de décadas passadas, onde a História era secundária, o filtro eurocêntrico pode até existir, mas não tem tanta força como outrora possuía.

Já a tecnologia maximiza e potencializa o ensino sobre África e os afro-brasileiros, uma vez que, na atualidade, observamos um constante avanço tecnológico, e aqueles que não se atualizarem ficarão para trás. Diversos meios tecnológicos possibilitam que a prática docente se amplie, incluindo os MOOCs (Cursos Online Abertos e Massivos) e a modalidade EAD, que por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), torna os alunos protagonistas do ensino-aprendizagem, colocando o professor como um mediador do conhecimento, um facilitador que trará clareza para que o aluno se desenvolva e se torne um cidadão crítico e um agente de transformação.

Outro ponto destacado é que, quando bem utilizada em conjunto com metodologias, a tecnologia se integra e proporciona experiências inovadoras. Como evidenciado, as tecnologias digitais têm conquistado um espaço significativo no ambiente educacional, promovendo dinamismo nas aulas. Além disso, o uso eficiente da internet pelos alunos pode levá-los a aprofundar os conteúdos apresentados pelo professor no ambiente de aprendizado.

Contudo, não basta apenas o professor aderir ao moderno, às Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs), ele necessita de apoio e

capacitações para a sua prática docente, visando o alcance dos seus objetivos educacionais.

Diversos recursos podem ser adotados pelo professor de história, como a Realidade Virtual (RV), a Realidade Aumentada, os Bancos de Dados e Fontes Digitais, Podcasts e Vídeos Educativos, Inteligência Artificial (IA), Jogos Educacionais e as Redes Sociais.

A utilização das tecnologias no ensino de História deve ser feita com dinamicidade e certo domínio por parte do docente. Não basta apenas querer usar. Em vista disso, torna-se imprescindível um conhecimento prévio da ferramenta, para não atrapalhar o andamento das aulas e garantir que os objetivos da prática docente sejam atingidos. A boa utilização da tecnologia para ensinar sobre África e os afro-brasileiros tornará o aprendizado singular. Os alunos se tornarão protagonistas, mais reflexivos, e a desconstrução de estereótipos se tornará uma realidade.

A temática que envolve tecnologia e ensino de História da África e dos afro-brasileiros tem muito a evoluir. Pesquisas e dissertações poderão ser desenvolvidas. Além disso, aplicativos que facilitem ainda mais a prática docente também poderá ser desenvolvida, tornando-se um complemento educacional, levando o docente a excelência no ensino e os discentes ao protagonismo e o aprendizado embasado pelas fontes confiáveis, sem veneno do ensino eurocêntrico sobre a África e os afro-brasileiros.

Referências Bibliográficas

ABUD, Kátia Maria. A Guardiã das tradições: a História e o seu código curricular. In: **Educar em Revista**. No 42. P. 163-171. Out/dez. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

ABUD, Kátia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: MauadX, 2007. p. 107-117.

ALVES, E. J., & SILVA, B. D. da. (2019). Aprender “com” a tecnologia: O uso do Facebook no processo de aprendizagem e interação de curso online. **Revista Observatório**, 5(4), 658-669. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v5n4p658>.

ALVES, E. J., SILVA, B. D. da, & SILVA, R. da S. da. (2017). Mapeamento dos estudos sobre a formação de professores no âmbito do processo de Bolonha em Portugal. **Revista Observatório**, 3(6), 248-273. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p248>.

AMBRÓSIO, Gabriel; DIÉMÉ, Kassoum. Cheik Anta Diop e a produção do conhecimento científico. In: MACEDO, José Rivair (org.). **O pensamento africano no século XX**. São Paulo: Outras expressões, 2016. p. 75-109.

AZEVEDO BRASILEIRO, T. S., & NUNES, E. B. B. L. de L. P. (2019). Aprendizagem ativa: reflexão sobre o indicador “metodologia” na avaliação de cursos. **Revista Observatório**, 5(6), 529-546. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p529>.

BARBOSA, Artur Sérgio de Sousa. **O ensino de história para uma educação das relações étnico-raciais: a história da África para além do livro didático**. Natal, 2010.

BATISTA, Claudia Regina; BUSARELLO, Raul; ULBRICHT, Vania; FADEL, Luciane; VANZIN, Tarcísio. **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, R. (org.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro/RJ: Campus. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Quadro 1. Brasília: ME, 2018, p.416-433. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004. In: BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL/MEC. Base Nacional Comum Curricular. In: O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 de Maio 2023.

BRASIL/MEC. Plano Nacional da Educação, Jun. de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 de nov. de 2023.

BRITO, Ênio José da Costa. MALANDRINO, Brígida Carla. **História e Escravidão: Cultura e Religiosidade Negras no Brasil – Um Levantamento Bibliográfico**. 2007.

BRITO. G. da S., PURIFICAÇÃO, I. da (2012). **Educação e Novas Tecnologias: um repensar**. São Paulo: Pearson.

BUENO, André. **História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula**. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019.

CARDOSO, Fábio. SILVA, Natália da. BRAGION, Rodrigo. ANDRIOLI, Mary Grace. CHAVES, Paloma. **O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO E SEUS BENEFÍCIOS: UMA REVISÃO EXPLORATÓRIA E BIBLIOGRÁFICA**. 2023.

CEAO/UFBA. **A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**. 2010.

CNTE. História e Cultura Afro-Brasileira. **20 anos da Lei 10.639**: resistir e insistir para colocar em prática. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/76950-20-anos-da-lei-10-639-resistir-e-insistir-para-colocar-em-pratica>. Acesso: 01 de Janeiro 2024.

COMTE-SPONVILLE, André. **Dicionário Filosófico**. 2003.

CUNHA, A. C. da, & CUNHA, J. da S. M. da. (2019). **Tecnologias educacionais**: representações sociais de professores indígenas em formação. *Revista Observatório*, 5(5), 983-998. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p983>.

EVANGELISTA, F., MARTINS, K. D., ANGELINI, M. F. C., & ROCHA, M. J. F. (2019). Sociedade do conhecimento: O uso das TIC por docentes e as novas articulações de saberes educacionais no sudeste do Pará. **Revista Observatório**, 5(5), 188-208. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p188>. FERNANDES, Alexandra Borges (orgs.). *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: **Mazza edições**, 2011. p. 39-59. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2015v1n1p194>.

FERREIRA, M. da C. A. (2019). A pesquisa e o itinerário investigativo em espaços multirreferenciais. **Revista Observatório**, 5(1), 74-93. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p74>.

FILHO, Trajano W. História da África - Pra quê? In: ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma (orgs.). **Rompendo Silêncios: história da África nos currículos da educação básica**. Brasília: Dp Comunicações Ltda., 2004. p. 20-23.

FRANCISCATTO, R., Wagner, R., & PASSERINO, L. M. (2018). **Tecnologias e ferramentas para elaboração de conteúdos em um ambiente mooc**: estudo de caso a partir de uma formação em Tecnologias Assistivas. *Revista*

Observatório, 4(3), 361-398. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n3p361>.

FREIRE, Paulo. **“A máquina está a serviço de quem?”**. 1984.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório**. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves de; GOOD, I. J. Speculations Concerning the First Ultraintelligent Machine. *Advances in Computers*, v.6, p.31-88, 1966. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0065-2458\(08\)60418-0](https://doi.org/10.1016/S0065-2458(08)60418-0). Acesso em 06 de Junho de 2023.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: O Jogo Como Elemento da Cultura*. 6. ed. São Paulo: PERSPECTIVA, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África Negra I**. Europa-América: Biblioteca Universitária, 1972.

LAVILLE; Christian. A Guerra das Narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, SP, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/0999>. Acesso: 10 dez. 2023.

MATOZZI, Ivo. A História Ensinada: Educação Cívica, Educação Social ou Formação Cognitiva? In: **Revista O Estudo da História**. Lisboa: APH, 1998.

MATTOS, Regine Augusto de. **História da África: debates, temas e pesquisas para além da sala de aula**. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2019. p. 13-17.

MORAN, J. M., MASSETTO, M. T., BEHRENS, M. A (2012). **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. Campinas, SP: Papirus.

MOURA, A. (2017). Metodologias de aprendizagem que desafiam os alunos, mediadas por tecnologias digitais. **Revista Observatório**, 3(4), 256-278. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p256>.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola**. 2a ed. Revisada. Brasília: MEC, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 143-168, 2009b.

PACINI, Henrique Ferreira. **O ensino sobre a escravidão africana no Brasil: apontamentos a partir do conceito de consciência histórica**. Florianópolis-SC, 2015.

PARREIRA, Artur. LEHMANN, Lúcia. OLIVEIRA, Mariana. **O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação: percepção e avaliação dos professores**. 2021.

PAZ, Maurício Fonseca da. **História e Gamificação: Reflexões e aplicabilidade de lúdicos no Ensino de História**. Curitiba, 2018.

PINHO, M. J. de, & ARAÚJO, D. M. de. (2019). Tecnologias digitais na educação tocantinense: uma análise da contribuição para o professor. **Revista Observatório**, 5(6), 507-528. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p507>.

PINHO, M. J. de. (2017). Universidade e crise institucional: perspectivas de uma formação humana. **Revista Observatório**, 3(6), 274-315. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p274>.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação**: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

PORTO JUNIOR, F. G. R., & MORAES, N. R. de. (2017). Formando pesquisadores pós-Bolonha em Portugal: relações entre a formação de graduação e o campo da pesquisa/investigação. **Revista Observatório**, 3(6), 202-228. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p202>.

RAGUZE, Tiago; SILVA, Régio Pierre da. **Gamificação aplicada a ambientes de aprendizagem**. 2016.

REIS, E. G. dos. (2017). O ensino superior em cabo verde e os desafios do processo de Bolonha. **Revista Observatório**, 3(6), 142-168. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p142>.

ROCHA, J. D. T., & NOGUEIRA, C. da R. M. (2019). Formação docente: uso das tecnologias como ferramentas de interatividade no processo de ensino. **Revista Observatório**, 5(6), 578-596. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p578>.

ROCHA, J. D. T., NOGUEIRA, C. da R. M., SOUSA, J. L. dos S., & SOUSA, G. R. de. (2018). Práticas pedagógicas curriculares: uso das tecnologias na contemporaneidade. **Revista Observatório**, 4(5), 673-694. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n5p673>.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. Lei 10.639/03: desafios e perspectivas para a implementação dos conteúdos afro-brasileiros nas escolas. In: SOUZA, Maria Elena Viana (org.). **Relações raciais no cotidiano escolar**: diálogos com a Lei 10.639/03. Rio de Janeiro: Rovel, 2009. p.47-63.

ROCHA, S. L. A. da. (2015). A Leitura e a Tela. **Revista Observatório**, 1(1), 194-215.

ROSADO, J. dos R. (2018). Novas formas de ser e de estar na contemporaneidade: o enlace entre aprendizagem e tecnologia digital em uma perspectiva sócio-dígito-inclusiva. **Revista Observatório**, 4(5), 923-928. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n5p923>.

SANTOS, C. N. dos, SANTOS NETA, M. do C., & MARTINS, P. L. (2019). O uso de novas tecnologias de informação e comunicação (NTICS) no ensino: a utilização do WhatsApp no curso de administração pública modalidade a distância. **Revista Observatório**, 5(3), 145-165. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n3p145>.

SANTOS, E. M., & LASTÓRIA, L. A. C. N. (2019). Tecnologias digitais e educação: impactos e desafios para uma nova configuração de subjetividade. **Revista Observatório**, 5(5), 962-982. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p962>.

SANTOS, J. S. dos, OSÓRIO, N. B., & GÓES, E. H. S. (2018). TDICS e games no ensino médio inovador: memórias de professores criativos. **Revista Observatório**, 4(4), 500-549. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n4p500>.

SANTOS, Renato Emerson dos. **VINTE ANOS DA LEI 10.639: QUAIS OS DESAFIOS PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA?**. 2024.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória d'África: a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. dos S., ALMEIDA, A. C. F. de, & GODOI E SILVA, K. A. (2019). O desenvolvimento do pensamento computacional com a integração do software scratch no ensino superior. **Revista Observatório**, 5(1), 276-298. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p276>.

SILVA, João Paulo Ferreira. **O uso das TICs no Ensino da Língua, Cultura e História Afro-brasileira e Africana na Escola da Educação Básica.** Guarabira-PB, 2022.

SILVA, Jorge Antonio de Queiroz e. **BREVE HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO.** 2003. Tribuna do Paraná. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/mais-pop/breve-historia-da-escravidao>. Acesso em 10 dez 2023.

SOMMER, M. R. R. G., & PINHO, M. J. (2017). Tecnologias da informação e comunicação e o paradigma educacional emergente: em favor de uma formação transdisciplinar. **Revista Observatório**, 3(5), 301-320. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p301>.

SOUZA, Glória Maria Anselmo de. A Lei 10.639/03 no cotidiano das escolas municipais de Niterói/ RJ. In: BARRETO, Maria Aparecida Santos Correa (et al.) (orgs.). **Africanidade(s) e afrodescendência(s):** perspectivas para a formação de professores. Vitória: Edufes, 2012. p.87-104.

TEIXEIRA, I., DA SILVA, V. C., & MARTINS, J. L. (2017). A convergência midiática e as tecnologias móveis pós-bolonha: novas práticas sociais. **Revista Observatório**, 3(6), 229-247. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n6p229>.

VALENTE, J. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. In: Valente, J. A.; Freire, F.-M. -P.; Arantes, F. L., (org.). **Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir.** Campinas: NIED/Unicamp, 2018. p. 17-41.

VIANA, J., COSTA, F. A., & PERALTA, H. (2017). Aprendizagens pessoais em contextos informais: oportunidades criadas pela Internet. **Revista Observatório**, 3(4), 190-231. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n4p190>.

ZACARIOTTI, M. E. C., & SOUSA, J. L. dos S. (2019). Tecnologias digitais de informação e comunicação como recurso de mediação pedagógica. **Revista**

Observatório, 5(4), 613-633. <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v5n4p613>.